

## MPs atrasam mudanças em precatórios e Supersimples

Cinco projetos oriundos de medidas provisórias têm prioridade de votação e impedem a apreciação de outras matérias. Entre as iniciativas bloqueadas, encontra-se o projeto que altera o Supersimples e a proposta de emenda à Constituição que propõe solução para o pagamento dos precatórios devidos por estados e municípios.

PÁGINA 3

### CRISE AÉREA



VALTER CAMPANATO/ABF

Pátio lotado em Congonhas, dias após o acidente da TAM: gastos com infra-estrutura não acompanham aumento no número de passageiros transportados

## Tráfego cresce. Investimentos, não

PÁGINAS 4 E 5

### cidadania

#### Como melhorar o desempenho escolar de seus filhos

Qual a melhor forma de lidar com a escola dos filhos e auxiliá-los na busca de um desenvolvimento educacional satisfatório num mundo em constante mutação? Veja nesta edição e nas próximas do *Especial Cidadania* o que os especialistas têm a dizer sobre o assunto.

PÁGINA 16

### Conselho de Ética define cronograma

Depois de concluída a perícia da Polícia Federal em documentos apresentados em defesa do presidente do Senado, Renan Calheiros, ele deverá ser ouvido pelo Conselho de Ética. Mas ainda não há data

marcada para o depoimento do senador no processo aberto contra ele por suposta quebra de decoro parlamentar. Nesta semana, os relatores do caso se reunirão para definir cronograma dos trabalhos.

PÁGINA 11

#### Frentes parlamentares passam de cem

PÁGINA 6

#### Parlamento do Mercosul discute regimento

PÁGINA 3

#### Orçamento: “restos a pagar”

Conheça o impacto do dispositivo que permite transferir a execução de verbas de um ano para outro.

ENCARTE ESPECIAL



### e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13



gendagendaendagenagendaendagendaendagen

# Subcomissão debate marco para aviação

A Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios convidou dirigentes do setor aéreo para discutir, na segunda-feira, às 17h, os problemas da legislação da área e os caminhos que podem ser apontados para melhorar a eficiência do sistema aéreo brasileiro.

Devem participar da audiência pública o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), José Carlos Pereira, e o diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Defesa, major-brigadeiro Ramon Borges Cardoso. Também participarão do debate o



Delcídio preside colegiado que ouvirá dirigentes da Anac e da Infraero

presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias (Snea), José Márcio Mollo, e o presidente regional da Associação Brasileira

de Agências de Viagens, João Quirino Júnior.

Desde o primeiro semestre, a Subcomissão dos Marcos Regulatórios vem promovendo audiências para discutir os problemas de cada setor – já estiveram no Senado administradores e empresários das áreas de petróleo, energia elétrica, águas, telecomunicações e de saúde. A subcomissão, presidida por Delcídio Amaral (PT-MS), faz parte da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seu relator, Garibaldi Alves (PMDB-RN), pretende apresentar várias sugestões para aprimorar o sistema de agências do país.

## Projeto objetiva evitar a lavagem de dinheiro

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) tem reunião agendada para esta quinta-feira, a partir das 10h30. Na pauta, estão 13 proposições, entre as quais projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro (PLS 326/07).

## CCJ deve escolher novo presidente esta semana

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve realizar esta semana eleições para a escolha do novo presidente, em substituição ao senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), que faleceu no dia 20 de julho, durante o recesso parlamentar.

Segundo o Regimento Interno, a comissão tem cinco dias úteis, contados a partir da retomada dos trabalhos legislativos – 1º de agosto – para realizar as eleições. Enquanto não for escolhido o novo presidente, a CCJ ficará sob o comando do senador Valter Pereira (PMDB-MS), vice-presidente do colegiado.

JANE ARAÚJO



O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, participou, na última sexta-feira, da solenidade de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para obras de saneamento básico e urbanização em 12 estados e no Distrito Federal. Serão investidos aproximadamente R\$ 6,9 bilhões, dos quais R\$ 5,9 bilhões são do governo federal, conforme informou a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, durante o evento no Palácio do Planalto.

O presidente Lula explicou que as regiões metropolitanas foram priorizadas porque nelas estão localizados os “centros nervosos” do país. Disse ainda que pretende visitar os municípios para conferir a realização das obras. Também participaram do lançamento o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), e os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Ideli Salvatti (PT-SC), Valdir Raupp (PMDB-RO), Fátima Cleide (PT-RO), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Adelmir Santana (DEM-DF), Expedito Júnior (PR-RO) e João Pedro (PT-AM).

## Efraim recebe medalha em Minas

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB), foi agraciado na semana passada com a Grande Medalha da Inconfidência, concedida pelo governo do estado de Minas Gerais. O senador recebeu a honraria em reconhecimento ao seu trabalho à frente da presidência do Interlegis, entidade que promove o encontro e integração das câmaras municipais de todo o Brasil e dos países integrantes do Mercosul.

A medalha foi entregue pelo governador Aécio Neves, em solenidade realizada no Palácio da Liberdade. Criada em 1952, pelo então governador do estado Juscelino Kubitschek, a Medalha da Inconfidência é a mais alta condecoração concedida pelo governo daquele estado e visa “distinguir todos aqueles que, de maneira excepcional, tenham contribuído para o prestígio e a projeção da terra mineira”.

## Comissões

### TERÇA-FEIRA

#### 10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Licitações** – Audiência pública para discutir projeto da Câmara (PLC 32/07) que modifica a Lei de Licitações. Foram convidados o ministro de Planejamento, Paulo Bernardo; e os presidentes do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar Rodrigues; da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady Simão; da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy; do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Marcos Túlio de Melo; e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), Luiz Fernando Reis.

#### 10h – EDUCAÇÃO

**Idéias** – Continuação do ciclo de audiências com propostas para a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação. Foram convidados Hugo Barreto, secretário-geral da Fundação Roberto Marinho; Maria Auxiliadora Seabra Rezende, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e secretária de Educação do estado do Tocantins; Gabriel Mário Rodrigues, presidente da

Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes); e o deputado federal Paulo Renato de Souza, ex-ministro da Educação.

#### 11h30 – MEIO AMBIENTE

**Desertos** – Além de avisos e ofícios, a comissão delibera sobre projeto de lei (PLS 70/07) de Inácio Arruda que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação. O relator, Marconi Perillo, recomenda a aprovação, com mudanças na proposta original.

#### QUARTA-FEIRA

#### 8h45 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**Telemarketing** – Comissão vota substitutivo de Renato Casagrande a projeto de Roseana Sarney que coíbe abusos e fraudes nos serviços de telemarketing (PLS 243/04) e implementa o registro nacional de chamadas ao projeto de Expedito Júnior sobre a oferta de bens ou serviços e a solicitação de donativos por meio de chamadas telefônicas (PLS 123/07). Constam ainda da pauta 29 projetos de decreto legislativo que dizem respeito a emissoras de rádio e TV.

#### 11h – ASSUNTOS SOCIAIS

**Cotas em eleições** – O primeiro item da pauta é projeto (PLS 303/06) que reserva no mínimo 5% do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência.

#### 11h – AGRICULTURA

**Isenção** – Na pauta, projeto de Marisa Serrano que isenta de Cofins e de PIS/Pasep as vendas e importações de equipamentos e materiais de construção destinados ao ativo imobilizado do produtor rural (PLS 278/07).

#### QUINTA-FEIRA

#### 10h – RELAÇÕES EXTERIORES

**Caso Jean Charles** – Na pauta de 13 itens consta requerimento de Eduardo Suplicy pela apresentação de voto de censura e repúdio à decisão da promotoria pública da coroa britânica de inocentar os oficiais da Scotland Yard envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes. Outro pedido de voto de censura é de Flexa Ribeiro, contra decisão do governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada RCTV.

**Pauta extra** – Serão apreciados dois requerimentos, um de Ar-

## Plenário

### SEGUNDA-FEIRA

#### 14h - Sessão não-deliberativa

### TERÇA-FEIRA

#### 10h - Sessão especial

**Memória** – Plenário homenageia Antonio Ernesto Werna de Salvo, que presidia a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil e faleceu em 29 de junho.

#### 14h - Sessão deliberativa

**Chico Mendes** – O primeiro item da pauta é o PLV 19/07 elaborado a partir da MP 366/07, que criou o Instituto Chico Mendes. Dois outros PLVs e duas MPs abrem a pauta de votações. Logo a seguir vem o projeto de lei da Câmara (PLC 12/06) que modifica o Supersimples e a proposta de

emenda à Constituição (PEC 43/07) que estabelece solução para o pagamentos de precatórios judiciais devidos por estados e municípios.

### QUARTA-FEIRA

#### 15h - Sessão especial

**ACM** – Quinze senadores estão inscritos para falar na homenagem que o Senado vai prestar à memória do ex-senador Antonio Carlos Magalhães, falecido no último dia 20 de julho.

### QUINTA-FEIRA

#### 14h - Sessão deliberativa Agenda em aberto

### SEXTA-FEIRA

#### 9h - Sessão não-deliberativa

thur Virgílio e outro de Eduardo Azeredo, para que o ministro da Defesa, Nelson Jobim, participe de audiência pública reservada para discutir o relatório do Grupo de Trabalho da Amazônia, composto por membros de órgãos de informação federais, que aponta riscos de dominação estrangeira da região, os problemas que ocorrem na Bolívia e a situação das

fronteiras e das Forças Armadas.

### 11h – DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Turismo** – Audiência pública requerida por Lúcia Vânia, presidente da comissão, para que a ministra do Turismo, Marta Suplicy, apresente suas propostas para o turismo nacional.

**PLENÁRIO** Se quiser votar matérias prioritárias, Senado precisará examinar antes pelo menos cinco MPs

# MPs trancam votações importantes

O Plenário tem um longo caminho a percorrer esta semana se quiser votar o projeto que altera o Supersimples (PLC 43/07) e a proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que propõe uma solução para os precatórios devidos por estados e municípios, apenas duas das matérias consideradas prioritárias pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Ocorre que, trancando a pauta, estão duas medidas provisórias (MPs) e três projetos de lei de conversão (PLVs) com prazo de votação vencido (algumas desde antes do recesso) e que, por isso, têm preferência na votação. Um dos PLVs, que cria o Instituto Chico Mendes (19/07), é polêmico e deflagrou greves dos servidores do Ibama nos dois últimos meses. Até a quinta-feira passada, os líderes partidários ainda não haviam chegado a um acordo

para votar a matéria, primeira na pauta de votações (*leia mais abaixo*).

Além dessas cinco, outras três matérias já chegaram da Câmara, e no momento em que forem lidas em Plenário também passarão a trancar a pauta de votações do Senado. São três projetos de conversão que já estão com prazo de votação no Congresso vencidos: o que cria a Secretaria Nacional dos Portos; o que concede pensão para vítimas da hanseníase; e o que abre linha de crédito para produtores rurais.

A demanda por votações dividirá o tempo do Plenário esta semana com a homenagem, marcada para a quarta-feira, ao senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) e aos deputados federais Júlio Redecker (PSDB-RS) e Nélio Dias (PP-RN), falecidos durante o recesso parlamentar.

## Sessão na quarta-feira homenageará Antonio Carlos Magalhães

## Para votação, Renan prioriza as mudanças no Supersimples

O senador Renan Calheiros anunciou que é prioridade do Plenário a votação, ainda esta semana, do PLC 43/07, que altera dispositivos da lei do Supersimples, em vigor desde o mês passado. Com parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que pediu urgência ao Plenário, o projeto deve ser o primeiro item apreciado se a pauta for desobstruída. O relator na CAE, senador Adelmir Santana (DEM-DF), disse que há acordo para a aprovação.

Segundo Adelmir, a proposição corrige distorções da legislação atual, para permitir que pequenas e médias empresas dos setores de sorvetes, cosméticos e fogos de artifício, não incluídas pela legislação em vigor, passem a ter

direito ao Supersimples. Já o setor de hotelaria e pequenas pousadas, por exemplo, passaria a outra categoria de tributação, reduzindo o valor de vários impostos pagos atualmente.

## Relator afirma que já existe acordo entre líderes para aprovar projeto

Para que o Supersimples alcance empresas que ainda não se beneficiaram do novo sistema, a matéria, já aprovada na Câmara e na CAE, deve virar lei até 15 de agosto – prazo final para que empresas com tributos atrasados iniciem o pagamento de débitos e, assim, possam aderir ao Supersimples.

Várias delas já eram beneficiadas pelo Simples Federal (Lei 9.317/96) – substituído pelo Supersimples –, mas, caso não consigam se incorporar à nova legislação no prazo, poderão ter a carga tributária aumentada.



Plenário, que retoma votações na terça: desafio é ultrapassar as barreiras das MPs com prazo vencido

## Criação de instituto ainda sem acordo

Na última quinta-feira, não houve acordo dos líderes partidários em torno do PLV 19/07, que cria o Instituto Chico Mendes, que assumirá parte das atribuições do Ibama. O acordo abriria a possibilidade de a matéria ser votada rapidamente, liberando o exame das demais MPs que

obstruem a pauta.

– Há um impasse em relação à MP do Ibama. É fundamental que ela seja votada em primeiro lugar para que se possam votar as demais MPs e o Supersimples – disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Os servidores do Ibama ainda

querem convencer os senadores a rejeitá-la. Uma das principais críticas é a fragmentação de atribuições entre o novo órgão e o Ibama, o que, segundo eles, pode burocratizar serviços em vez de melhorar as relações de ambientalistas com projetos de desenvolvimento econômico.

## Créditos e cargos entre os temas das MPs

Segundo item da pauta, o PLV 20/07 (derivado da MP 367/07) abre crédito extraordinário em favor dos ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor de R\$ 415,57 milhões. Em seguida, vem a MP 368/07, que determina o repasse de R\$ 975 milhões a estados e municípios, decorrente da isenção do ICMS de produtos destinados à exportação.

O quarto item é a MP 370/07, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de R\$ 25 milhões, para aplicação em ações de combate à febre aftosa em Mato Grosso do Sul. Os recursos já foram liberados e usados.

Último item a obstruir a pauta esta semana, o PLV 18/07 (proveniente da MP 371/07) permite que a União assumia integralmente a indenização de

animais abatidos, por medida de combate à febre aftosa, em propriedades situadas a até 150 quilômetros das fronteiras.

Caso a chegada ao Senado do PLV 21/07, que cria a Secretaria Especial de Portos (originado da MP 369/07), seja comunicada ao Plenário, também passará a trancar a pauta. Pela proposta, o novo órgão da Presidência da República para cuidar dos portos marítimos terá *status* de ministério. A MP cria ainda 111 cargos em comissão para a nova secretaria e mais sete na Secretaria de Comunicação Social.

Esse é o caso também do PLV 22/07 (MP 372/07), que abre linha de crédito para produtores quitarem dívidas com insumos

agrícolas (sementes, fertilizantes e defensivos) relativas às safras 2005 e 2006. Segundo o governo, nesses anos os produtores agrícolas tiveram redução de renda semelhante à quebra de safra, devido a clima, doenças nas lavouras e preços baixos por conta da queda do dólar.

A MP 373/07, última aprovada pela Câmara na forma do PLV 23/07, também trancará a pauta após a leitura em Plenário. O projeto autoriza o Executivo a conceder pensão de R\$ 750, a título de indenização, às pessoas atingidas pela hanseníase que tenham sido submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia até 31 de dezembro de 1986.

## Já aprovadas na Câmara, três outras medidas devem trancar a pauta

## MERCOSUL

## Parlamento define regimento e começa a debater projetos

Em sua quarta sessão ordinária, nesta segunda e terça-feira, em Montevidéu, o Parlamento do Mercosul discutirá o projeto de seu regimento interno e a agenda política. Também constam da pauta a designação dos integrantes das comissões permanentes e a realização de uma reunião de trabalho com o Fórum Consultivo Econômico-Social (FCES) sobre o Fundo Mercosul de Apoio a Pequenas e Médias Empresas.

Os deputados e senadores brasileiros que integram o Parlamento têm, às 8h30 da segunda-feira, um café da manhã de trabalho com o embaixador Regis Arslanian, delegado permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi)



Nas reuniões desta semana, Parlamento continental pode começar a delinear medidas de incentivo às microempresas

e ao Mercosul.

Às 10h, começa a sessão do Parlamento do Mercosul e o primeiro item da pauta é o projeto de regimento interno, relata-

do pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR). O item seguinte é a designação dos integrantes das comissões.

Na terça-feira, no mesmo horá-

rio, os representantes do Brasil, do Uruguai, do Paraguai, da Argentina e da Venezuela – país em fase de adesão ao Mercosul – devem homologar o Acordo Interinstitucional entre o Fórum Consultivo Econômico-Social e o Parlamento do Mercosul, assinado pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em julho de 2006, prevendo a troca de informações e opiniões sobre o desenvolvimento do bloco econômico em geral.

Também na terça-feira, haverá uma reunião de trabalho com o FCES para tratar da decisão do Conselho do Mercado Comum, adotada em junho último, de encomendar ao Grupo Mercado Comum que proponha, na próxima reunião do conselho,

alternativas para a constituição do Fundo Mercosul de Apoio a Pequenas e Médias Empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva.

A agenda política é o último item da pauta da 4ª sessão do Parlamento do Mercosul. A agenda aprovada no mês passado definiu assuntos prioritários, o diagnóstico da situação do mercado comum e o tratamento de assuntos como a padronização normativa na área de saúde, a livre circulação de bens culturais, a legislação na área de saúde animal, a posse de terras por cidadãos do bloco em país estrangeiro, as assimetrias econômicas e geográficas entre os sócios e a integração energética, entre outros.

**CRISE AÉREA** Ministro da Defesa apresentará a senadores medidas do governo para tentar resolver situação

# Nelson Jobim fala à CPI nesta quarta

O novo ministro da Defesa, Nelson Jobim, será ouvido pela CPI do Apagão Aéreo nesta quarta-feira, às 10h. De acordo com o presidente da comissão de inquérito, Tião Viana (PT-AC), autor do requerimento aprovado na semana passada, o ministro deverá apresentar aos senadores as ações emergenciais e de médio e longo prazos implementadas pelo governo para solucionar a crise do setor aéreo.

A comissão aprovou ainda vários outros requerimentos. Um deles, apresentado por Tião Viana, requer às companhias aéreas TAM, Gol e Varig informações sobre a escala de trabalho dos tripulantes de suas aeronaves nos últimos 90 dias.

Por solicitação do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), foi autorizada também a transferência, para a CPI, do sigilo bancário, telefônico e fiscal de empregados da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e de pessoas ligadas a empresas que realizaram transações comerciais com a estatal. Foram aprovadas também propostas de Demostenes para ouvir procuradores da República responsáveis pela condução de processos de crimes de desvio

de recursos públicos verificados em obras administradas pela Infraero.

## Trabalhos devem se estender até novembro

Após a reunião, a CPI divulgou o seu plano de trabalho para os próximos meses. O colegiado, que já concluiu as investigações sobre o acidente do voo 1907 da Gol (no ano passado) e sobre os problemas no sistema de controle aéreo brasileiro, pretende apurar denúncias de supostas irregularidades na Infraero e acompanhar as investigações sobre a tragédia com o Airbus da TAM, que matou 199 pessoas em 17 de julho no aeroporto de Congonhas (SP).

A CPI deverá funcionar até o dia 26 de novembro deste ano e realizará audiências públicas com profissionais da aviação e diversas autoridades do setor aéreo, quatro das quais foram ouvidas pelos senadores na semana passada: o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi; o presidente da TAM, Marco Antônio Bologna; o presidente da Infraero, José Carlos Pereira; e o chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes (Cenipa), Jorge Kersul

## CPI pedirá às empresas aéreas escalas de trabalho dos tripulantes



Demostenes (E), Tião Viana e Casagrande: trabalhos da CPI do Apagão prosseguem até novembro

Filho (veja matéria abaixo).

Ainda para investigar as causas da tragédia do voo 3054 da TAM, a CPI aprovou vários requerimentos de Demostenes Torres para que sejam ouvidos membros de companhias aéreas – entre empresários e pilotos –, da Anac, da Infraero, de militares da Aeronáutica e de terceiros, como, por exemplo, o representante da Airbus no Brasil e o presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT).

Demostenes Torres defendeu a realização de perícias nas caixas-pretas do Airbus da TAM, para que permitam a compreensão de gráficos até o momento entendidos apenas pelos técnicos de aviação.

Com relação às irregularidades na Infraero, a comissão pretende ouvir os procuradores Matheus Baraldi Magnani, de Guarulhos (SP); Suzana Fairbanks Lima de Oliveira e Fernanda Teixeira Souza Domingos Taubemblatt,

de Congonhas (SP); José Ricardo Meirelles e Paulo Roberto Galvão de Carvalho, de Viracopos (SP); Bruno Caiado de Acioli, de Brasília; Hélio Telho Correa Filho, de Goiânia; e Vinícius Panetto do Nascimento, do Rio de Janeiro.

Também deverão ser ouvidos assessores e funcionários da área comercial, de engenharia e da presidência da Infraero, além de responsáveis por serviços prestados à estatal na área de comunicação.

## TAM nega pressão para operar em Congonhas

Em depoimento à CPI do Apagão Aéreo, na quinta-feira passada, o presidente da TAM, Marco Antônio Bologna, negou que a empresa tenha exercido pressão sobre os órgãos reguladores do setor para obter permissões para operar em aeroportos congestionados.

Para o presidente da TAM, uma das preocupações da companhia é colocar os serviços nos locais onde existam demandas. Ele criticou os órgãos de aviação pela não execução de inúmeras obras de infra-estrutura aeroportuária, como a terceira pista no aeroporto de Guarulhos e a ligação por trem do aeroporto de Viracopos, em Campinas, com a cidade de São Paulo.

– A gente procura colocar serviço onde existe demanda dentro de um regimento autorizado, há alguns anos, pelo DAC, e hoje pela Anac e pela própria Infraero – disse ele.

Ao presidente da CPI, senador Tião Viana, Marco Antônio Bologna afirmou ainda que as tripulações das aeronaves da TAM cumprem escalas de serviços regulares, com limite total de horas especificado por ano, trimestre e mês. Ele explicou ainda que o número de assentos dos aviões de sua companhia tem homologação do próprio fabricante, com a mesma configuração de muitos aviões Airbus utilizados pela empresa Air France.

Com relação ao fato de o voo 3054 da TAM ter pousado em

Congonhas com um dos reversos travados (o freio aerodinâmico do jato), Bologna lembrou que os aviões Airbus, da frota da TAM, têm a possibilidade técnica de aterrissarem até mesmo com dois reversos inoperantes, ao contrário de algumas aeronaves Boeing utilizadas pela companhia aérea Gol. Ele alegou também desconhecer ações de pilotos movidas contra a sua companhia em razão de assédio moral, forçando-os a pousar em aeroportos em condições precárias de segurança.

O presidente da TAM revelou que o comandante e o co-piloto do voo 3054, Henrique Stephanini Di Sacco e Kleyber Lima, haviam treinado em simuladores de voo recentemente (respectivamente em 19 de maio e 5 de junho). Nesse treinamento, explicou o dirigente, o pouso com um ou dois reversos bloqueados é considerado normal. São realizadas simulações de pouso e decolagem em situações mais difíceis, como por exemplo com apenas um motor ou sem flaps, acrescentou.

## Zuanazzi diz que pista tem bom tamanho

O presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Milton Zuanazzi, considerou adequada a extensão da pista



José Carlos Pereira, presidente da Infraero, e Milton Zuanazzi, da Anac, fizeram a defesa da pista de pouso de Congonhas

do aeroporto de Congonhas. Ele lembrou que muitos aeroportos no país têm pistas de mesmo cumprimento ou até menores, como é o caso do aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

– Se formos considerar [a pista de Congonhas] pequena, vamos ter de fechar um conjunto de aeroportos no Brasil – observou Zuanazzi.

Ele ressaltou que uma parte significativa de problemas que vieram a ser denominados de apagão aéreo deveu-se a vários fechamentos do aeroporto de Congonhas em razão da ocorrência de fortes chuvas.

Discordando de ponto de vista manifestado em pergunta formulada pelo relator da comissão de inquérito, Demostenes Torres, o presidente da Anac disse não ser competência da agência realizar uma fiscalização intensiva, e não apenas por amostragem, das ma-

nutenções realizadas nas aeronaves das companhias de aviação. Zuanazzi argumentou que para a realização de fiscalização efetiva a Anac precisaria de pelo menos 10 mil funcionários, bem mais que os cerca de 1.700 atuais.

Já o chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes (Cenipa), Jorge Kersul Filho, afirmou que a comissão que investiga as causas do acidente estuda a interconexão de todos os parâmetros que possam ter contribuído para a tragédia, entre elas a capacitação da tripulação, as condições meteorológicas e o tamanho da pista. O prazo para a conclusão do relatório é de 18 meses.

O presidente demissionário da Infraero, José Carlos Pereira, informou que a pista principal do aeroporto de Congonhas teve sua geometria corrigida na recente reforma pela qual passou, sendo “praticamente impossível ocorrer aquaplanagem dinâmica”, uma vez que a água não empoça na pista.

## Informações das caixas-pretas não serão transcritas

Tião Viana, presidente da CPI do Apagão Aéreo, anunciou que, em respeito à Constituição federal, a comissão de inquérito não irá transcrever os dados contidos nas caixas-pretas do Airbus da TAM que caiu em Congonhas.

O vazamento foi duramente criticado na CPI pelo presidente do Cenipa, Jorge Kersul Filho, que cobrou uma definição do governo federal com relação ao cumprimento de acordo internacional assinado pelo Brasil que veda, entre outros itens, a divulgação de diálogos entre tripulações de aeronaves acidentadas.

Para o relator Demostenes Torres, o vazamento seria caso para cassação de mandatos de deputados porventura envolvidos. O senador lembrou que os tratados e convenções, por terem força de emendas constitucionais, precisam da manifestação de 3/5 dos membros do Congresso Nacional para poderem ser alterados. Por isso, advertiu, o vazamento de dados sigilosos de responsabilidade dos parlamentares configuraria a hipótese mais plausível de quebra de decoro.

– É tão evidente a contrariedade da norma constitucional que um parlamentar não deve ser só admoestado ou publicamente censurado, mas perder o mandato.

**INFRA-ESTRUTURA** Falta de investimentos e aumento no número de passageiros instala o caos nos aeroportos

# Setor não acompanha tráfego maior

O caos aéreo que tomou conta do país nos últimos nove meses tem diversas causas, como falhas no controle aéreo e desrespeito das companhias com os passageiros. Mas boa parte da responsabilidade recai sobre as autoridades do governo atual e dos anteriores, que aparentemente não investiram o necessário em infra-estrutura aérea nem permitiram que a iniciativa privada o fizesse. Pelo menos não o bastante para manter funcionando com segurança um setor que não pára de crescer. Afinal, até 1998 as companhias brasileiras transportavam 22 milhões de passageiros por ano. Hoje, são 37 milhões.

Para o senador César Borges (DEM-BA), a falta de investimentos deixou o país "pronto para o desastre", como os que aconteceram com o avião da TAM, em julho, e o da Gol, em setembro de 2006.

– Vemos aeroportos sobrecarregados, controle aéreo defasado, controladores despreparados e em número insuficiente. Desde o ano passado, temos visto muitos sinais de esgotamento da infra-estrutura – afirmou.

A necessidade de investimentos para expandir a rede de aeroportos, por exemplo, até 2010 é da ordem de R\$ 15 bilhões, de acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas publicados na revista *Época*. Mas só R\$ 5,6 bilhões estão previstos no Orçamento da União. Segundo o *site* Contas Abertas, o governo deixa de investir R\$ 2,1 bilhões dos fundos destinados a bancar a infra-estrutura e a segurança do transporte aéreo (*veja ao lado*).

O resultado é que aeroportos movimentados, como o de Congonhas (SP) e o de Brasília, operam muito acima da capacidade, de acordo com a própria Infraero, estatal que administra esses terminais (*veja abaixo*). Já o aeroporto de Guarulhos, também em São Paulo, funciona quase no limite. E, para agravar a falta de



FOTOS: WALTER CAMPANATO

infra-estrutura, existe o problema da gestão deficiente. O aeroporto do Galeão (RJ), o único do país de grande porte como o de Guarulhos, tem 42% de capacidade ociosa.

## Problemas chegam às estradas

César Borges disse também que os problemas do setor aéreo extravasaram. Como muitos brasileiros passaram a viajar de carro ou ônibus, o movimento nas estradas, também com problemas, aumentou cerca de 30% e levou a um crescimento do número de acidentes automobilísticos – de 17,46% só em julho, com a morte de 686 pessoas.

O senador fez ainda uma *mea culpa* pelo fato de o Senado ter aprovado indicações políticas

para agências reguladoras – em vez de insistir em nomeações técnicas –, como no caso da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), cujo titular é Milton Zuanazzi.

Para Aloizio Mercadante (PT-SP), o tema da investigação das causas do acidente com o avião da TAM não pode ser politizado. Após o acidente, setores da oposição e da mídia deflagraram um "intenso processo de repúdio ao governo", apontou. Mas conclusões "fáceis e precipitadas" são quase sempre equivocadas, e a hipótese de falta de ranhuras na pista de Congonhas perdeu força.

A crise no setor aéreo, segundo Mercadante, já estava em gestação havia vários anos e só não ocorreu antes por causa do período difícil enfrentado pela aviação civil no período de 1999 a 2003.

PARTIDAS DOMÉSTICAS DOMESTIC DEPARTURES						
Cia	Voo	STD	ETD	Destino/Escalas	Ckin	Asa
Airline	Flight	STD	ETD	Destination/Via	Wing	Remark
TAM	43702	07:40		Brasília		Delayed
B 4	01020	08:25		via Brasília		D. Atrasado
OceanAir	45318	08:50		via Curitiba		Ckin Asa D
TAM	03811	09:10	11:00	via Curitiba		B. Atrasado
TAM	03506	09:20		Recife		B. Atrasado
Passaredo	01453	09:30		via Goiânia	19-16 A	Ckin Asa A
TAM	03300	09:30	10:40	via Fortaleza		B. Atrasado
B 4	01086	09:50	11:00	via Juazeiro Norte		D. Atrasado
B 4	01072	09:55	10:30	Recife		D. Atrasado
Passaredo	01668	10:20		Brasília		B. Ckin Asa B

Painel de informações no aeroporto de Cumbica no dia em que vários vôos foram redistribuídos de Congonhas, na semana passada: atrasos e longas filas

## Governo deixa de investir R\$ 2,1 bi de fundos setoriais

É visível a carência de infra-estrutura nos aeroportos brasileiros. A despeito desse fato, o governo mantém parados bilhões de reais nos fundos Aeronáutico e Aeroviário, que deveriam contribuir para melhorias no setor. De acordo com o *site* Contas Abertas, os recursos acumulados chegam a R\$ 2,1 bilhões, que, embora contabilizados nos fundos, permanecem parados nos cofres do Tesouro, contribuindo para a manutenção do superávit das contas públicas.

Para dar uma idéia, o montante acumulado ao longo dos anos nos dois fundos setoriais daria para arcar com o dobro dos investimentos previstos para o Plano de Desenvolvimento da Infraero em 2007, que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que R\$ 1 bilhão deverá ser investido nesse plano até o fim do ano.

Do total bloqueado no Tesouro, a maior parte, R\$ 2 bilhões, está no Fundo Aeronáutico. Criado por decreto-lei de 1945, o fundo

subordinado ao Comando da Aeronáutica tem como objetivos garantir recursos à modernização e ao aparelhamento dos serviços de segurança e proteção ao voo, construção de aeroportos e obras complementares, como ampliação e pavimentação das pistas de pouso. Esse fundo é composto, sobretudo, por tarifas pagas por passageiros e empresas aéreas que utilizam os aeroportos.

Dos recursos que deveriam ser destinados à infra-estrutura, a Aeronáutica explicou, segundo o *site* Contas Abertas, que uma parcela já está comprometida para compra de materiais e equipamentos no exterior. De acordo com o órgão, a partir do fechamento de câmbio para tais aquisições, o recurso passa a estar comprometido, embora ainda apareça no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) como verba disponível. Segundo a Aeronáutica, da quantia parada no Fundo Aeronáutico, apenas R\$ 364 mi-

lhões poderiam contribuir de fato para o incremento da estrutura aeroportuária e equipamentos de auxílio ao tráfego aéreo.

Diante da crise, o governo concordou recentemente em liberar esse montante em três parcelas: a primeira delas, de R\$ 123 milhões, deverá estar disponível no próximo mês.

O outro fundo, o Aeroviário, acumula atualmente R\$ 101 milhões nos cofres do Tesouro. Criado em 1967, ele se destina a prover recursos para a execução e a manutenção do que prevê o Sistema Aeroviário Nacional, podendo ser aplicado em projetos, construção, manutenção, operação e administração de instalações e serviços da infra-estrutura aeronáutica. É composto principalmente por diferentes tipos de taxação sobre lubrificantes e combustíveis, uso de equipamentos de comunicação, de edifícios e instalações, além de tarifas aeroportuárias.

Já em 2003, uma resolução do Conselho Nacional de Aviação Civil (Conac) alertava para os problemas que poderiam surgir em razão

do contingenciamento sistemático de recursos. Pelo documento, "a diminuição dos recursos aplicados nessa atividade produz reflexos na própria segurança dos vôos, podendo acarretar a degradação do sistema, sendo que, além dos efeitos danosos sobre o custo do transporte aéreo, pode obrigar o Comando da Aeronáutica, por medida de segurança, a adotar um controle de tráfego aéreo nos níveis convencionais existentes no passado".

Na semana passada, o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que o banco deve criar um fundo de desenvolvimento para financiar projetos de infra-estrutura, com prioridade para as áreas de energia e aeroportuária. Ele disse ter telefonado ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, colocando-se à disposição para ajudar na elaboração de estudos e projetos no setor aeroportuário, mas não adiantou o montante de recursos que deve compor o fundo.

## Vôo lotado

Veja o movimento dos principais aeroportos do Brasil. Congonhas e Brasília operam bem acima da capacidade. Guarulhos está perto do limite

Aeroporto	Passageiros transportados por ano	Capacidade de passageiros por ano	Carga transportada por ano (em toneladas)	Estacionamento de aviões	Pistas de pouso
Congonhas (SP)	17,2 milhões	12 milhões	43.245	25 vagas	duas, de 1.940 e 1.345 metros
Guarulhos (SP)	15,8 milhões	16,5 milhões	470.944	66 vagas	duas, de 3.700 e 3.000 metros
Brasília (DF)	9,4 milhões	7,4 milhões	83.811	32 vagas	duas, de 3.200 e 3.300 metros
Galeão (RJ)	8,7 milhões	15 milhões	84.815	53 vagas	duas, de 4.000 e 3.180 metros
Salvador (BA)	4,6 milhões	6 milhões	73.058	24 vagas	duas, de 3.005 e 1.520 metros
Recife (PE)	3,6 milhões	5 milhões	56.765	26 vagas	uma, de 3.300 metros
Santos Dumont (RJ)	3,6 milhões	3,2 milhões	4.520	15 vagas	duas, de 1.323 e 1.260 metros
Porto Alegre (RS)	3,5 milhões	6,1 milhões	36.905	16 vagas	uma, de 2.280 metros

**PARLAMENTO** Identidade e atuação de deputados e senadores não se limita ao espaço político dos partidos

# Congresso tem dezenas de frentes parlamentares

Os parlamentares têm duas vinculações institucionais, que vêm associadas aos seus nomes: o partido e o estado a que pertencem (ex.: PSL-TO). Porém, deputados e senadores têm ainda agendas em comum com setores da sociedade e com outros colegas, o que pode definir seus mandatos e suas formas de atuação política. Uma maneira de demonstrar seus compromissos é a criação das frentes parlamentares, que reúnem deputados e senadores de diversos partidos, geralmente em torno de um assunto específico, como educação, saúde, infância, agricultura ou até a pavimentação de uma rodovia.

Essas bancadas não obedecem às formalidades dos partidos. Para funcionar, basta que se reúnam em torno de um assunto, como lutar por mais recursos ou por uma determinada legislação. Ultimamente, tais grupos têm aumentado sua articulação e, entre 2003 e 2006, foram registrados 113 junto à Mesa da Câmara.

Por meio das frentes parlamentares, a defesa desses interesses ganha mais visibilidade, já que os grupos de pressão não têm mandato para decidir. Além de

difundir uma cultura política favorável aos temas defendidos, essas bancadas procuram incluir matérias de seu interesse nas votações e obter urgência para essas propostas.

– Quando parlamentares integram determinada frente, espera-se deles mais receptividade para as suas demandas – diz o consultor legislativo da Câmara Luiz Henrique Vogel.

Na prática, as frentes têm grande interseção com grupos de pressão ou *lobbies*, que são atividades reconhecidas em outras democracias, mas, no Brasil, não têm regulamentação e muitas vezes são associadas a práticas irregulares.

Bancadas suprapartidárias tiveram mais visibilidade em períodos democráticos. Entre 1945 e 1964, ficou famosa a Frente Parlamentar Nacionalista. Na Assembléia Nacional Constituinte de 1987/88, a maior frente foi o “Centrão”, que mudou os rumos tomados até então. Nos plebiscitos promovidos desde 1988, sobre regime e forma de governo (1993) e sobre a proibição de armas de fogo (2005), frentes parlamentares, criadas formalmente, defenderam seus pontos de vista na TV.

## Câmara regulamentou a criação de bancadas

Para lidar melhor com tantas frentes parlamentares, a Câmara baixou, em 2005, ato com critérios para registro dessas bancadas. Neste ano, 32 tiveram a criação comunicada à Mesa da Câmara.

Pelo ato, as frentes são associações suprapartidárias com o objetivo de promover o aprimoramento da legislação sobre determinado setor. Elas devem ter nome, coordenador, ata de criação, estatuto, assinaturas de um terço do número total de deputados e senadores, que devem ser publicados no *Diário da Câmara*. O registro deve ser atualizado a cada legislatura, já que a composição do Congresso muda a cada quatro anos.

Esse grau de institucionalização melhora o diálogo com os órgãos do Congresso e faz com que elas recebam maior atenção dos meios de comunicação da Câmara e do Senado. Mas as frentes não podem gerar despesas. E seus líderes, ao contrário dos líderes partidários, não têm prioridade para usar a palavra ou para assinar requerimentos e solicitar urgência.

No Senado o assunto não tem previsão no Regimento Interno.

### Quatro projetos de resolução pediram criação de frentes no Senado

As frentes são citadas em discursos dos senadores e agem informalmente. Nos últimos anos, no entanto, foram apresentados quatro projetos de resolução para a criação formal de frentes parlamentares na Casa. O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu a criação das frentes pela Valorização do Trabalho (PRS 30/07) e em Defesa do Ensino Profissionalizante (PRS 24/07), e o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) quer constituir as frentes pelo Pleno Emprego (PRS

39/04) e da Engenharia (PRS 83/05). Mas o senador João Vicente Claudino (PTB-PI) registra, em seu relatório ao PRS 24/07, que não há previsão legal para institucionalizar as frentes no Senado.

– A criação de frente em defesa da educação é meritória. Mas não há base no regimento para formalizar a criação da frente por resolução – afirma Claudino.

Ele sugere que a CCJ encontre uma fórmula regimental.

– A CCJ pode dar um passo na direção de normatizar a existência dessas entidades – afirmou a secretária-geral da Mesa do Senado, Cláudia Lyra.



Patrícia Saboya (3ª à dir.) e colegas encaminham dossiê aos ministros Tarso Genro e Marta Suplicy

## Grupo barra maioria penal aos 16

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Congresso Nacional surgiu na Constituinte e na tramitação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foi criada oficialmente em 1993 e, atualmente, conta com 134 deputados federais e 25 senadores. Um dos principais feitos da frente é a mobilização contrária à redução da maioria penal, reclamada quando adolescentes são apontados como autores de crimes com grande repercussão na opinião pública. Acolhida por estreita margem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (12 votos a 10), a proposta de emenda à Constituição com esse objetivo (PEC 20/99) precisa ainda reunir os votos de três quintos dos senadores e dos deputados para ser aprovada.

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) e as deputadas Maria do Rosário (PT-RS) e Telma de Souza (PT-SP) são as coordenadoras da frente. Elas foram especialmente atuantes na CPI que investigou a

violência e a exploração sexual contra crianças e adolescentes, cujo relatório final pediu o indiciamento de 250 pessoas e apresentou projetos para coibir crimes.

Além de lutar por melhores condições de vida para os menores, a frente tem como metas reforçar alianças com organizações sociais; fortalecer a comunicação entre parlamentares e quem atua pelos direitos das crianças; aprovar e implementar políticas públicas; incluir e liberar recursos orçamentários para a infância. Entre as principais reivindicações consta a criação de um “Orçamento Criança”, vinculando verbas públicas a esse fim, como acontece em setores como saúde e educação. A frente tem boletim e página na internet e publicou livro com sua história.

Em 2005, foi lançado o Pacto Nacional do Poder Legislativo pela Infância e Adolescência e criada a Rede Nacional de Frentes Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

## Ruralistas e evangélicos estão entre os mais conhecidos

De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), uma das mais eficientes frentes parlamentares do Congresso é a bancada ruralista, apontada como exemplo de grupo de pressão de êxito. Renegociação ou o perdão de dívidas de produtores rurais é uma reivindicação constante. Em junho de 2005, por exemplo, os ruralistas somente votaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) depois que o governo cedeu na negociação.

Outra bancada informal destacada pelo Diap é a evangélica, com integrantes de quase todos partidos. Os primeiros evangélicos a se unir em uma frente parlamentar foram eleitos em 1986, quando pastores da Assembléia de Deus se mobilizaram contra a possibilidade de a Constituinte transformar o catolicismo em religião oficial do país. A bancada tem representantes de diversas igrejas e aparece quando estão em pauta temas ligados a demandas de fundo moral que têm grande apelo na população.

Além das bancadas ligadas a setores tanto do lado do empresário (indústria, meios de comunicação, comércio e agricultura) quanto dos trabalhadores, o Diap registra as frentes parlamentares pela saúde e pela educação.



Frentes parlamentares	Deputado-coordenador
Ambientalista	Sarney Filho
Contra a Legalização do Aborto - Pelo Direito à Vida	Leandro Sampaio
Agricultura Familiar	Anselmo de Jesus
Família e Apoio à Vida	Rodvalho
Habitação e Desenvolvimento Urbano	Ricardo Izar
Pesca e Aqüicultura	Flávio Bezerra
Segurança Alimentar e Nutricional	Nazareno Fonteles
Apoio às Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas na Área da Saúde	Marcelo Ortiz
Defesa das Instituições Universitárias Públicas, Vinculadas aos Sistemas Estaduais e Municipais de Ensino	Waldir Maranhão
Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	Geraldo Resende
Desenvolvimento Vocacional dos Municípios	Renato Amary
Esporte	Manuela d'Ávila
Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional	Vignatti
Defesa da Assistência Social	Raimundo Gomes de Matos
Defesa da Economia Solidária no Brasil	Eudes Xavier
Defesa da Igualdade Racial	Carlos Santana
Defesa da Indústria Aeronáutica Brasileira	Marcelo Ortiz
Defesa da Revitalização do Rio São Francisco	Fernando Ferro
Defesa das Cidades de Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas	Pedro Wilson
Defesa do Planejamento Familiar	Maurício Trindade
Defesa do Setor Coureiro-Calçadista e Moveleiro	Renato Molling
Defesa do Trânsito Seguro	Beto Albuquerque
Defesa dos Aposentados e Pensionistas	Cleber Verde
Mista Brasil-Peru	Ilderlei Cordeiro
Habitação	Luiz Carlos Busato
Informática	Júlio Semeghini
Rádiodifusão	Paulo Bornhausen
Direitos do Contribuinte	Sandro Mabel
Municipalista	Vitor Penido
Reforma Política com Participação Popular	Luiza Erundina
Fortalecimento dos Estados e Municípios Mineradores	João Magalhães
Pró-Biocombustíveis	Antonio Carlos Mendes Thame

Fonte: Secretaria Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

## “Restos a pagar” equivalem a três PACs

Desvirtuamento da lei orçamentária, iniciada com o contingenciamento, encontra reforço nos “restos a pagar”, pelos quais se transfere de um exercício para o outro a execução de verbas empenhadas. Governo ainda paga contas do Orçamento de 2000

Sob a classificação de “restos a pagar”, o governo adiou para este exercício desembolsos que correspondem a quase três vezes o que pretende gastar de seu Orçamento – excluídos os investimentos das estatais – para impulsionar a economia do país, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O volume inscrito em “restos a pagar”, no fim de 2006, chegou a R\$ 43,9 bilhões, enquanto o previsto para o PAC com recursos fiscais é de R\$ 15,8 bilhões. O valor é tão elevado que o Tribunal de Contas da União (TCU) já o considerou um “orçamento paralelo” (veja matéria ao lado).

E é exatamente essa a grande distorção na hora de o governo executar o Orçamento. Ele paga as pendências de exercícios anteriores, inscritas em “restos a pagar”, e deixa de colocar em prática o que foi estabelecido pela lei orçamentária do ano em curso. O problema não está na existência dos “restos a pagar” – mecanismo necessário a eventuais acertos entre o que foi orçado e os imprevistos na execução orçamentária, como atrasos na realização de licitações –, mas na proporção que essa rubrica assumiu ao longo dos últimos anos, como situa o consultor Maurício Ferreira de Macedo (veja tabela).

A necessidade do governo de produzir saldos em suas contas para pagar juros e encargos da imensa dívida pública federal (superávit primário) distorceu esse mecanismo. “O que deveria ser exceção passou a ser regra. De todos os sinais que aí estão, este é o mais claro de que o processo de produção do

Orçamento quebrou”, adverte o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), que apresentará proposta para extinguir a Comissão Mista de Orçamento e criar um colegiado de senadores e deputados para sistematizar o que for decidido nas comissões temáticas.

A desfiguração da lei orçamentária começa no contingenciamento. No início de cada ano, o governo bloqueia parte do Orçamento – R\$ 16,4 bilhões em 2007 – para se precaver de frustrações de receita e eventuais dificuldades

na administração de seu caixa, sob a alegação de que o Congresso infla as previsões da arrecadação federal. No entanto,

**“O processo de produção do Orçamento quebrou”, diz Sérgio Guerra**

mesmo quando o comportamento da receita ao longo do ano mostra que as previsões do Congresso estavam certas, o governo resiste em rever o contingenciamento. Por meio de medidas provisórias que abrem créditos extraordinários e outros mecanismos, executa uma programação que, em boa parte, foge da autorizada pelo Legislativo.

Na avaliação do consultor geral do Orçamento, Fábio Gondim, isso provoca um sentimento generalizado entre os parlamentares de que falta seriedade ao processo. Há o agravante de que o contingenciamento e os “restos a pagar” atingem em cheio a execução das emendas parlamentares. A liberação desses recursos, segundo o consultor Luiz Fernando Perezino, foi transformada em “moeda de troca” para o governo construir sua base no Congresso. A Confederação Nacional dos Municípios aponta tantas falhas que prefere sugerir a extinção das emendas.



Congresso Nacional aprova a LDO: tentativa de disciplinar os recursos inscritos em “restos a pagar”

## Distorção dificulta controle de contas do governo

O elevado volume de recursos inscritos em “restos a pagar” é classificado como um “orçamento paralelo” no parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas do governo federal de 2006, aprovado em junho pelo Plenário daquela corte. Na avaliação do ministro Ubiratan Aguiar, que relatou o processo, esse orçamento paralelo é criado pelo descompasso entre o que está planejado nas leis orçamentárias e o que é efetivamente executado, que se amplia a cada ano. “O governo deixa de executar a lei orçamentária do exercício para executar o Orçamento de anos anteriores”, critica Aguiar.

Esse procedimento, continua o ministro, atrapalha não só o planejamento governamental, como também reduz a capacidade de controle interno e externo sobre as despesas federais. O TCU detectou, por meio de auditorias realizadas em 2006, que havia 39 mil processos de

prestações de contas, alguns de 1996, sem serem analisados pelos ministérios competentes. Os recursos envolvidos nesses processos chegam a R\$ 12,5 bilhões, segundo Aguiar. Esse levantamento subsidiou o exame das contas governamentais em 2006.

O mais grave, porém, acrescenta o ministro, é que, como essas prestações estão defasadas no tempo, não há nem como dizer se esses recursos foram aplicados corretamente. “Isso gera distorções e dificulta o controle sobre a execução de contratos e convênios firmados pelo governo”, assinala.

A área econômica do governo já foi alertada pelo TCU. Conforme Aguiar, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, informou no último dia 25 de junho ao presidente do tribu-

nal, Walton Rodrigues, que o Executivo deve baixar decreto para coibir esses convênios sem análise. Outra providência, pleiteada pelo TCU, é agilizar a votação dos pareceres sobre as contas do governo na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Aguiar conversou sobre o atraso nessas votações com o senador José Maranhão (PMDB-PB), presidente da comissão. “Estão pendentes, na CMO, as contas do governo desde 2004”, informa o ministro.

Só depois que os pareceres são votados no Congresso, continua Ubiratan Aguiar, o TCU pode aplicar multas e as sanções cabíveis contra os agentes políticos enumerados na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição, como os presidentes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

**Estão pendentes 39 mil processos de prestação de contas, alguns de 1996**

## O que são os “restos a pagar”

Quando o governo se compromete a efetuar um pagamento, em decorrência de contratos e convênios ou de condições previstas na legislação (para atender a despesas com o Bolsa Família, por exemplo), emite uma nota de empenho. Esse é o instrumento que permite a utilização das dotações do Orçamento.

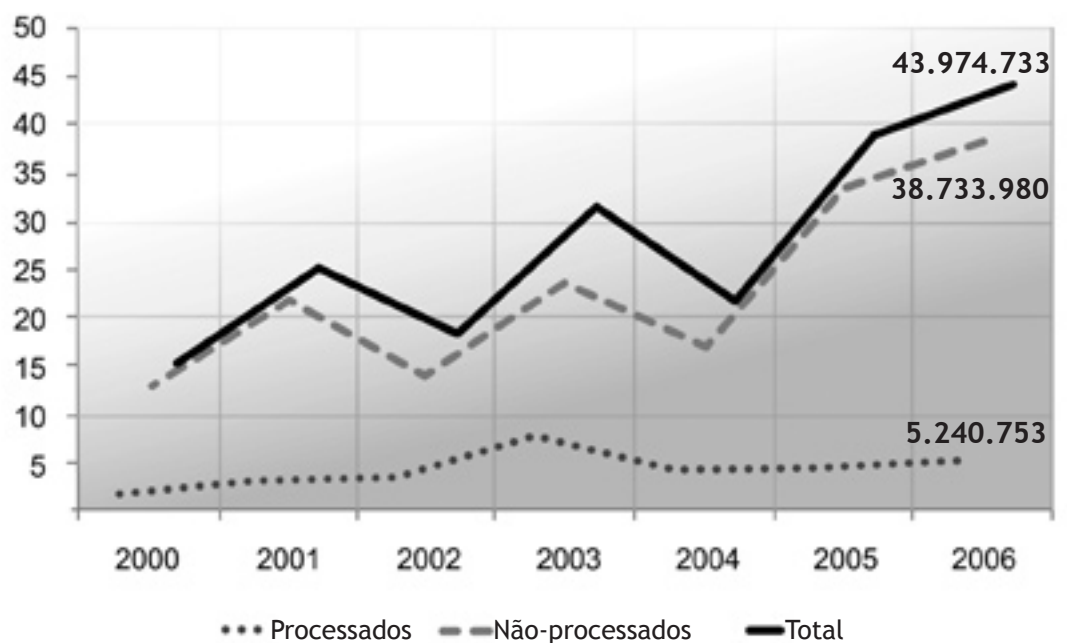
Se essa despesa empenhada não é paga integralmente no mesmo exercício, seu saldo é contabilizado na rubrica “restos a pagar”. Ou seja, é como se o cidadão, ao administrar seu orçamento doméstico, deixasse para

pagar no ano seguinte o que adquiriu em determinado período. O compromisso está feito, mas a dívida não foi quitada totalmente.

Os “restos a pagar” são classificados em dois tipos. Caso já tenha sido reconhecido o direito líquido e certo do credor, por este já ter fornecido o bem ou o serviço a que estava obrigado, a dívida é contabilizada como “restos a pagar” processados (por se referir a despesa já liquidada). Se os bens ou os serviços contratados ainda não foram entregues, a despesa será registrada como “restos a pagar” não processados.

## O tamanho do “orçamento paralelo”

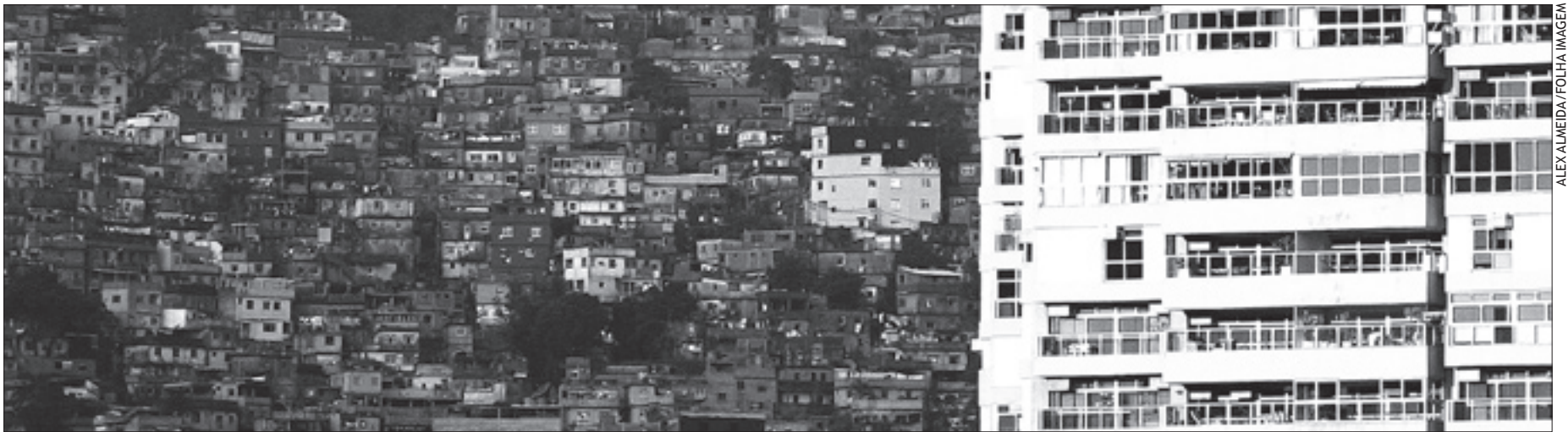
em R\$ bilhões



# Como o Executivo altera o Orçamento

O contingenciamento e créditos adicionais, especialmente os extraordinários – abertos por meio de MPs –, são recursos usados pelo governo para flexibilizar a lei orçamentária aprovada pelo Congresso. Nesta

página, esses expedientes são analisados por consultores do Senado. O Executivo usa ainda os “restos a pagar” para administrar suas despesas, como investimentos em saúde e habitação social.



ALEX ALMEIDA/FOLHA IMAGEM

Favela da Rocinha contrasta com prédio, em São Conrado, no Rio de Janeiro: em 2007, projetos de habitação de interesse social só receberam recursos da rubrica “restos a pagar”

## Créditos extraordinários: urgência ou conveniência?

Todos os anos, o governo bloqueia parcela do Orçamento federal aprovado como forma de prevenir eventuais frustrações de receita e aumento, acima do previsto, de despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários e assistenciais, com o objetivo de garantir o alcance das metas fiscais fixadas. Esse mecanismo é conhecido como contingenciamento.

As despesas do governo federal com custeio e investimentos (as chamadas despesas discricionárias), sujeitas ao contingenciamento, sofreram, a partir de fevereiro, limitação de R\$ 16,4 bilhões, o que representa 15% do total.

A principal razão para essa limitação, segundo explicações do Executivo, decorre da expectativa de queda na previsão anual da arrecadação líquida em 2007, de R\$ 20,6 bilhões. No entanto, até abril, não houve variações significativas entre o arrecadado e o inicialmente

### MPs acabam desvirtuando o Orçamento aprovado pelo Congresso

previsto. Mesmo assim, o governo manteve o corte efetuado nas despesas discricionárias.

O principal fator que leva ao conservadorismo na administração do caixa do Tesouro é a possibilidade de o Executivo utilizar esses recursos excedentes para as suas próprias prioridades, em detrimento das programações da lei orçamentária.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do segundo bimestre, encaminhado ao Congresso em maio último, o Executivo aponta um excesso de receitas primárias líquidas (arrecadação de tributos deduzidas as transferências) de R\$ 2,3 bilhões no quadrimestre, em comparação aos valores do relatório anterior. No entanto, não houve alteração nas limitações impostas em fevereiro, devido à expectativa de novos aumentos nas “despesas obrigatórias” em valores equivalentes ao excesso de arrecadação.

Análise mais detalhada dos

dados apresentados mostra que a quase totalidade do aumento atribuído às “despesas obrigatórias” encontra-se na abertura, por meio de medidas provisórias, de créditos extraordinários. A previsão de gastos com essas despesas passou de R\$ 2,6 bilhões, em fevereiro, para R\$ 4,8 bilhões na reprogramação de maio – um acréscimo de R\$ 2,2 bilhões.

A classificação da totalidade de tais créditos como gastos obrigatórios é questionável. Mesmo sendo consideradas despesas “urgentes” e “relevantes”, muitas delas constam da lei orçamentária classificadas como despesas discricionárias, sujeitas, portanto, ao contingenciamento.

Ao retirar os valores relativos aos créditos extraordinários do limite de contingenciamento, o Executivo destina, indevidamente, recursos exclusivos para as programações incluídas por esses créditos. Com

isso, todos os outros órgãos constantes da lei orçamentária, que não foram beneficiados com tal instrumento e tiveram suas dotações cortadas, estão na prática financiando essas novas despesas. É como se fosse possível cancelar dotações de um órgão para favorecer outro, sem precisar deixar claro o que está sendo feito.

De janeiro a abril, foram abertos R\$ 3,8 bilhões em créditos extraordinários destinados a despesas discricionárias. Em 2006, para todo o exercício, esse montante chegou a R\$ 9,8 bilhões. Vale lembrar que a execução do crédito extraordinário é imediata, porque é aberto por medida provisória, e o Congresso não pode alterar a destinação dos recursos, mas apenas cancelá-la.

José Rui Gonçalves Rosa  
Ana Cláudia C. S. Borges  
Consultores de Orçamento do Senado Federal

## Bloqueio de recursos orçamentários prejudica planejamento governamental

A discussão do orçamento impositivo continua na agenda do Congresso como forma de se exigir do Executivo maior responsabilidade na execução da lei orçamentária anual. Mas a não execução de parte das programações não decorre, necessariamente, do fato de o Orçamento ser autorizativo, e sim da flexibilidade que o Executivo tem hoje para “escolher” quais programações serão realizadas.

Os fatos supervenientes à aprovação da lei orçamentária, como o aumento das despesas obrigatórias e frustrações de receita, não representariam, necessariamente, grandes problemas, não fosse a obrigação de se atingir determinada meta de resultado primário, fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Pois a abertura de **créditos adicionais** (suplementares, especiais e extraordinários) resolveria os transtornos decorrentes de dotações insuficientes, enquanto a eventual frustração de receitas poderia ser contornada com a utilização de superávit financei-

ro e/ou operação de crédito.

Diante da obrigatoriedade de se atingir a meta fiscal fixada na LDO, tais problemas não podem ser resolvidos simplesmente pela abertura de créditos adicionais. O uso de fontes financeiras – como o **superávit financeiro** e as operações de créditos – produzem impacto negativo sobre o superávit primário. Isso obriga a limitação de empenho e de movimentação financeira

(contingenciamento), para que os pagamentos realizados no ano fiquem aquém dos valores autorizados na lei orçamentária. É bom lembrar que o superávit primário é calculado com base na despesa paga.

Os contingenciamentos implicam grandes prejuízos ao planejamento governamental, pois nem tudo o que foi orçado poderá ser executado. Além disso, quanto maior for o excesso de programação, frente aos recursos disponíveis, maior será

Superávit financeiro – É a diferença entre o ativo financeiro (composto pelos recursos disponíveis da União e suas aplicações financeiras) e o passivo financeiro (composto pelos “restos a pagar” e recursos de terceiros).

o poder daquele que tem como função destinar os recursos para esta ou aquela programação.

É justamente a faculdade que o Executivo possui de “esticar” as autorizações orçamentárias, além da capacidade de pagamento do exercício, que tem prejudicado a total execução do Orçamento. O aumento das autorizações para pagamentos, seja por meio de “restos a pagar”, seja pela abertura de créditos extraordinários, implica, por um lado, maior contingenciamento. Por outro, uma vez que as autorizações estão acima das reais possibilidades de pagamento, o poder na mão dos gestores cresce à medida que serão eles que irão decidir qual programação do Orçamento será executada.

Maurício Ferreira de Macedo  
Consultor de Orçamento do Senado Federal

Programas sociais dependem dos “restos a pagar” (em R\$ milhões)

Programas	RP* pagos (A)	Orçamento 2007 (B)	Pagamentos de 2007 (C)	Total pago (D = A + C)	Percentual de RP sobre o total (A/D)
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	267	1.326	345	612	44%
Saneamento e Drenagem Urbana	266	1.833	26	292	91%
Prevenção e Controle de Doenças	431	2.193	206	638	68%
Atenção Especializada em Saúde	115	1.161	30	145	79%
Atenção a Assentamentos Precários	81	592	3	84	96%
Saneamento Rural	57	192	4	61	93%
Habitação de Interesse Social	52	651	0	52	100%
Serviços de Urgências Médicas	50	309	2	52	96%
Bolsa Família	49	8.837	3.510	3.559	1%
Brasil Alfabetizado	47	363	5	52	90%
Esporte e Lazer na Cidade	33	429	0	34	97%
Primeiro Emprego	19	131	14	33	58%
Resíduos Sólidos Urbanos	14	118	1	15	93%
Combate à Violência Contra as Mulheres	1	24	0	1	100%
Programas Diversos	3.618	306.100	108.955	112.570	3%
<b>Total</b>	<b>5.100</b>	<b>324.259</b>	<b>113.101</b>	<b>118.200</b>	<b>4%</b>

\*Restos a pagar

Fonte: Siga Brasil/Conorf



# LDO dá prazo de um ano para pagamentos

O texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado procura disciplinar os recursos inscritos em “restos a pagar”, dando maior transparência às contas públicas. O texto fixa o prazo de vigência de um ano para os recursos empenhados e não pagos no mesmo exercício, que entram em “restos a pagar não processados”. Essa classificação se refere a obras e serviços não entregues ao governo.

O prazo de vigência estava definido por um decreto (93.872/86), constantemente alterado por outros decretos, adiando os vencimentos e evitando, assim, o cancelamento dessas despesas. “Agora, a regra será fixada em lei. Isso retira a possibilidade de prorrogação pelo Executivo”, explica o consultor de Orçamento do Senado Maurício Ferreira de Macedo. Ele lembra que a Lei de Finanças Públicas (4.320/64) não determina limite para o pagamento desses recursos empenhados. O projeto da LDO não definiu novo procedimento quando o governo reconhecer o direito de recebimento do credor (“restos a pagar processados”). Embora os valores sejam menores do que os “não processados”, são os que têm o maior atraso no pagamento. Conforme levantamento da Consultoria de Orçamento, por meio do sistema Siga Brasil, entre os R\$ 5,24 bilhões inscritos em dezembro de 2006 em “restos a pagar processa-

dos”, há pendências de 2000. Só de 2005 e 2006, estão pendentes R\$ 1,67 bilhão e R\$ 2,88 bilhões, respectivamente. Nesses casos, os fornecedores já entregaram bens e serviços. A maior parte reflete emendas parlamentares não pagas.

O TCU deu parecer contrário à prorrogação de “restos a pagar” (RP), o que considera ilegal – até já advertiu a Casa Civil e os ministérios do Planejamento e da Fazenda. No relatório sobre as contas de 2006, o tribunal assinala que o volume de RP inscrito em 2005 atingiu R\$ 38,9 bilhões – um aumento de 80% em relação a 2004. “Esse valor supera o valor pago no Ministério da Saúde em 2006: R\$ 35,6 bilhões”, registra o relatório.

## TCU considera que é ilegal a prorrogação do pagamento de “restos a pagar”

Isso mostra que os RP viraram uma bola-de-neve. O que, para o TCU, dificulta o controle e a fiscalização sobre os gastos públicos. “Quando o país é obrigado a produzir saldos para pagar juros e encargos da sua dívida pública (superávit primário), o ‘restos a pagar’ passa a ser imprescindível. Posterga os pagamentos para os anos seguintes”, diz a consultora de Orçamento do Senado Ana Cláudia Borges.

O texto da LDO admite exceções quanto aos cancelamentos de RP após o prazo de vigência: quando a primeira parcela tiver sido liberada e quando sua efetivação dependa de licença ambiental ou de algum requisito exigido pelo órgão concedente.

## Texto estabelece restrições aos créditos extraordinários

A LDO pretende colocar um freio no volume crescente dos chamados “créditos extraordinários”. Com vigência imediata, porque são abertos por meio de medidas provisórias, em muitos casos com urgência e relevância discutíveis, os créditos extraordinários tornaram-se, em função do montante elevado, uma forma de ampliar as dotações autorizadas mesmo com o bloqueio de verbas instituído pelo Executivo, conhecido como contingenciamento. Esses créditos praticamente dobraram de 2005 para 2006 – saltaram de R\$ 11,7 bilhões para R\$ 22,2 bilhões, desfigurando a programação orçamentária original. O TCU já estuda se a liberação desses recursos cumpre as normas constitucionais e legais.

O texto aprovado pelo Congresso deixa claro que a MP criada para abrir crédito extraordinário não poderá abranger mais de uma área temática.

A LDO determina ainda que a MP só é admissível se atender a despesas relevantes, urgentes e imprevisíveis, e define como urgentes aquelas cuja gravidade e consequência econômica e social se equiparem às provocadas por guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Imprevisíveis seriam as despesas decorrentes de fatos novos, que não poderiam ser considerados quando da elaboração do Orçamento. Para facilitar o controle e a fiscalização, os créditos extraordinários devem obedecer à mesma classificação que possuem na lei orçamentária.



Recursos de “restos a pagar” deixam para trás obras previstas no PPI e no PAC, como as de saneamento básico

## Inversão de prioridades ofusca investimento

A análise da execução orçamentária revela que os investimentos públicos sofrem com o mecanismo de “restos a pagar”. Os recursos orçados deixam de ser executados no mesmo exercício, abrindo-se espaço para pagar os valores inscritos em “restos a pagar” de orçamentos anteriores. Até maio deste ano, por exemplo, só foram pagos R\$ 767 milhões relativos a investimentos – 2,6% do que foi autorizado na lei orçamentária de 2007. Enquanto isso, o governo desembolsou no mesmo período R\$ 5,16 bilhões em “restos a pagar”, referentes a investimentos empenhados em anos anteriores e não pagos. Ou seja, o equivalente a 17,6% do que a Lei Orçamentária Anual de 2007 reservou para investir este ano. “O governo executa os investimentos do orçamento fiscal e da seguridade social por meio de ‘restos a pagar’”, resume o consultor de Orçamento do Senado Luiz Fernando Perezino.

Isso compromete não só a execução das emendas parlamentares, já que a maior parte delas está direcionada aos investimentos, mas até projetos considerados prioritários como o Projeto Piloto de Investimento (PPI) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nos dois casos, aponta Perezino, a execução orçamentária até maio foi baixa. Apenas 3,4% do valor orçado para investimentos do

PAC foram pagos, de um total previsto de R\$ 7,49 bilhões. A situação do PPI não é diferente. Só 3,7% do orçado para 2007 (R\$ 5,1 bilhões) foram pagos até maio. No entanto, o PPI foi tocado financeiramente pelos “restos a pagar”. O valor gasto até maio foi de R\$ 1,61 bilhão, ou seja, 31,56% do autorizado em 2007 para o PPI.

Levantamento feito por Perezino pelo sistema Siga Brasil mostra que já foram empenhados 71% da despesa prevista para o ano, no total de R\$ 855,17 bilhões. Em 2006, no mesmo período, os valores empenhados chegavam a 68% da despesa do ano. O descompasso não está no momento

em que o governo assume o compromisso do gasto por meio da nota de empenho, mas sim no pagamento, principalmente se for ligado a investimento e custeio da máquina federal, tidos como “despesas discricionárias”. São discricionárias as despesas repesadas por meio do chamado contingenciamento. Elas estão incluídas em uma classificação mais abrangente, intitulada “despesa primária” no jargão orçamentário. “Despesas primárias”, explica o consultor, são as que não incluem a intermediação financeira, como juros e amortização da dívida públi-

ca. Além de “discricionárias”, elas podem ser “obrigatórias”, como as relacionadas a pessoal, benefícios previdenciários ou despesas vinculadas com saúde e educação, transferências constitucionais a estados e a municípios e seguro-desemprego.

No início do ano, o governo contingencia os gastos com investimento. Depois executa parte do que ficou pendente de exercícios anteriores, por meio dos “restos a pagar”. E só no último trimestre desembolsa os recursos previstos pela LOA do próprio exercício. De acordo com Perezino, isso transforma a liberação de recursos por meio de emendas parlamentares em

moeda de troca entre o Executivo e o Legislativo.

Isso também ocorre, em menor escala, com o pagamento das verbas de custeio. Apesar de envolver cifras bem maiores – os recursos autorizados na LOA/07 chegaram a R\$ 417,17 bilhões –, os valores empenhados até maio chegam a 56% desse total, e o que foi desembolsado, a 34%. E foram pagos R\$ 10,87 bilhões referentes a custeio de anos anteriores, ou 2,6% do autorizado na LOA/07. Isso mostra que o governo não está adiando o pagamento dos seus gastos de custeio. Por enquanto.

## Para consultor, emendas parlamentares viram moeda de troca

Execução orçamentária até maio de 2007 (em R\$ milhões)						
Grupos de despesa	Restos a pagar	Autorizado (A)	Empenhado (E)	E/A	Liquidado (L)	L/A
Pessoal e encargos	389	128.117	99.692	78%	48.504	38%
Juros	37	165.867	164.480	99%	62.616	38%
Custeio	10.877	417.177	231.876	56%	139.863	34%
Investimentos	5.160	29.304	5.086	17%	767	3%
Inversões financeiras	1.365	37.641	26.658	71%	6.823	18%
Amortização	37	77.064	75.891	98%	41.726	54%
<b>Total</b>	<b>17.865</b>	<b>855.170</b>	<b>603.682</b>	<b>71%</b>	<b>300.299</b>	<b>35%</b>

Fonte: Siau/Prodasen - Elaboração: Conorf / Obs.: Não inclui o refinanciamento da dívida e a reserva de contingência



Ziulkoski propõe acabar com as emendas individuais, sugestão encampada por Lira Maia. Sérgio Guerra e Carlito Merss pretendem aperfeiçoar o mecanismo, ao invés de extingui-lo

# “Rachadinhas” na mira dos municípios

A insatisfação de grande parte dos prefeitos com o acesso aos repasses federais, o represamento de recursos das emendas parlamentares e as fraudes na liberação de verbas do Orçamento, como as das ambulâncias, investigadas pela CPI das Sanguessugas, geraram uma proposta bastante polêmica da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). A entidade defende o fim das emendas individuais e das dotações genéricas, que permitem a prática das “rachadinhas”.

Alvo de críticas de muitos senadores e deputados, as “rachadinhas” ocorrem na hora da execução do Orçamento. A bancada emplaça emenda com uma designação genérica no projeto de lei orçamentário, como a construção de quadras poliesportivas nos municípios de determinado estado. Quando o Orçamento é executado, antes de o convênio ser celebrado

com as prefeituras, um ou mais parlamentares vão ao Ministério do Esporte dizer qual o município que deve receber o recurso. Para Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, essa é uma negociação direta entre o parlamentar e o ministério, que, sem transparência, nem sempre observa critérios técnicos para a escolha do município a ser beneficiado.

Para corrigir distorções como essas, a CNM pleiteia que os recursos alocados pelas emendas individuais, que alcançaram R\$ 3,6 bilhões no Orçamento de 2007, sejam distribuídos conforme os critérios previstos no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “Poderia funcionar temporariamente como uma nova fonte do próprio fundo”, propõe Ziulkoski.

Segundo o presidente da CNM, cerca de 1,6 mil municípios não conseguiram ter acesso a recursos das emendas individuais ao Orçamento deste ano.

A proposta da CNM foi encampada pelo deputado Lira Maia (DEM-PA). No entanto, o parlamentar ainda não conseguiu obter as 171 assinaturas necessárias para apresentar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com as emendas individuais e impede que as de bancada possam ser divididas (“rachadinhas”), direcionando-as apenas para projetos de interesse estadual e regional. Conforme o deputado, a PEC estabelece que, enquanto o artigo da Constituição que trata do pacto federativo não for regulamentado, 5% da receita real líquida do orçamento fiscal e da seguridade, que corresponderiam aos recursos das emendas individuais, seriam repassados diretamente para os municípios (2% do total) e para os estados (também 2%).

O dinheiro, continua Maia, seria aplicado exclusivamente em áreas sociais, como saneamento e habitação, saúde e educação, e meio ambiente. O deputado sustenta que os critérios para os repasses seriam os mesmos dos fundos de participação.

## Proposta elimina emendas individuais e proíbe divisão das de bancada

## Questionado critério para liberação de verbas

A avaliação da CNM sobre o que foi repassado por meio de emendas parlamentares, entre 1999 e 2005, demonstra que a liberação desses recursos realmente serve para o governo construir e sustentar sua base de apoio no Congresso. A maior parcela das emendas individuais liberada nos três anos do primeiro mandato do presidente Lula atendeu aos dois principais partidos que compõem a base governista: o PT, com 17,3% do total, e o PMDB, com 16,9%. Na era FHC, não foi diferente. No seu segundo mandato, as cinco principais siglas aliadas (PSDB,

o então PFL, PMDB, PTB e PP) ficaram com 85% dos recursos liberados para as emendas individuais. O PT, na época o maior partido oposicionista, recebeu apenas 5,9% do total.

O trabalho mostra que os valores repassados por meio de emendas a estados e municípios, entre 2003 e 2005, são “muito pequenos” se comparados com outros mecanismos de transferência. Para exemplificar, a CNM ressalta que os municípios receberam nesses três anos R\$ 1,5 bilhão por meio de emendas individuais, valor inferior ao que as prefeituras podem obter

com o aumento de um ponto percentual no FPM no período de 12 meses.

O trabalho compara o volume de recursos com a população das unidades da Federação beneficiadas pelas emendas. O resultado mostra, segundo a CNM, a ausência de critérios técnicos. O trabalho destaca, por exemplo, que cinco estados – Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins – receberam 20,7% dos recursos das emendas individuais nos três anos iniciais de Lula, embora concentrem apenas 2,4% da população do país.

## Parlamentares defendem nova forma de alterar Orçamento

Independentemente do partido político, predomina entre os parlamentares a avaliação de que o Congresso precisa melhorar a sua capacidade de emendar o Orçamento e de que as emendas individuais, que atendem aos pleitos de suas bases municipais, não podem ser contingenciadas. A proposta da CNM de acabar com as emendas individuais é considerada “demagógica” pelo senador oposicionista Sérgio Guerra (PSDB-PE) e pelo deputado governista Carlito Merss (PT-SC).

Guerra, inclusive, reformulou sua posição contrária às emendas individuais. “Reconheci que elas foram competentes para levar a ação pública federal a áreas que, sem essas emendas, não seriam atendidas”, observou. No entanto, muitas distorções, segundo ele, foram ocorrendo, como a dispersão de recursos federais por meio de emendas inexecutáveis e de

valores irrisórios, além da sua administração política. “Passaram a ser instrumento para o governo confirmar maioria nas votações, principalmente na Câmara”, afirma.

O senador pretende aperfeiçoar o sistema. Para ele, só deveriam ser admitidas emendas de bancadas e individuais coerentes com as prioridades de políticas públicas definidas nas comissões temáticas. O objetivo é priorizar projetos “estruturantes” de interesse dos estados e de importância regional.

Merss afirma que as emendas individuais são os únicos recursos que muitas prefeituras médias e, principalmente, pequenas contam para sustentar seus investimentos. Ele é contrário ao contingenciamento das emendas individuais e quer também que as emendas sejam aperfeiçoadas, obedecendo a programas prioritários “existentes nos ministérios”.

## Fim das emendas afronta democracia, diz consultor

O Congresso participa da elaboração do Orçamento por meio das emendas parlamentares. “Qualquer proposta que elimine a capacidade do Congresso de emendar o Orçamento está na contramão do processo de amadurecimento de qualquer país”, ensina o consultor-geral do Orçamento, Fábio Gondim. A história dá

da democracia no país, o Congresso reconquistou sua competência de participar da elaboração do Orçamento por meio de emendas. À semelhança do que ocorre atualmente, o Executivo enviava sua proposta ao Congresso, que emendava e autorizava as despesas. A Constituição de 1967, durante a ditadura militar, retirou a prerrogativa dos parlamentares de apresentar emendas às despesas, podendo apenas alterar nomes de programas.

### Direito de emendar o Orçamento foi reconquistado em 1988

Orçamento e tomar conta do Executivo, fiscalizando a execução orçamentária. Isso, segundo Gondim, só foi alterado na Constituição de 1937, na ditadura Vargas.

– A Constituição até previa a participação somente da Câmara. Mas, na prática, os orçamentos eram decretados pelo presidente da República – diz Gondim.

Em 1946, com a volta

impediu a participação do Congresso no Orçamento”, resume Gondim.

Somente com a redemocratização do país, houve o resgate dessa prerrogativa. “A Constituição de 1988 devolveu à população a capacidade de decidir, por meio dos seus representantes eleitos, o destino dos tributos que paga”, registra o consultor.

Emendas	Exercícios anteriores	2007			R\$ milhões		
		Autorizado (A)	Empenhado (E)	Pago (P)	Total pago = RP+P	P/ Total pago	RP/ Total pago
Grupo de autores	Restos a pagar (RP)						
Coletivas	325	6.796	378	19	344	6%	94%
Individuais	259	4.603	33	12	271	4%	96%
<b>Total</b>	<b>584</b>	<b>11.399</b>	<b>411</b>	<b>31</b>	<b>615</b>	<b>5%</b>	<b>95%</b>

**CONSELHO DE ÉTICA** Presidente do Senado deve ser ouvido depois de concluída perícia da PF em seus documentos

# Renan deve depor no Conselho de Ética

Na primeira reunião da comissão de investigação que analisa o processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, no Conselho de Ética, o senador Almeida Lima (PMDB-SE), um dos relatores, informou que “a oitiva com o presidente Renan é ponto pacífico”.

A comissão, formada pelos relatores Almeida Lima, Renato Casagrande (PSB-ES), Marisa Serrano (PSDB-MS) e o presidente do colegiado, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), fez um levantamento

de todas as informações colhidas até o momento. Decidiram dedicar os próximos dias à análise da documentação enviada por diversos órgãos durante o recesso para a averiguação das informações prestadas pelo presidente do Senado em sua defesa.

Renan Calheiros é acusado de ter despesas pessoais pagas por

Cláudio Gontijo, funcionário da construtora Mendes Júnior. O senador afirma, no entanto, que pagava a pensão à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha, com recursos provenientes de operações de compra e venda de gado, em Alagoas. Segundo ele, Gontijo, que é seu amigo, apenas intermediava os pagamentos.

## Relatores e presidente definem cronograma nesta semana

O colegiado ainda não sabe quando ouvirá o presidente do Senado, mas, segundo Renato Casagrande, será necessário aguardar a conclusão da perícia que a Polícia Federal realiza nos documentos apresentados pelo parlamentar. A perícia deverá ser concluída até 15 de agosto. Outros depoimentos, no entanto, poderão ser tomados antes. Casagrande informou que o cronograma das atividades do Conselho de Ética será definido nesta semana.

Os relatores pretendem ouvir também a jornalista Mônica Veloso. Almeida Lima disse acreditar que seria importante convidar ainda o jornalista Policarpo Júnior, autor da reportagem da revista *Veja* que deu início ao processo de investigação, para prestar informações.

## Notas de frigoríficos sob suspeita

Os relatores falaram sobre o fato de Renan ter dito, nos últimos dias, que na verdade vendeu bois para o frigorífico Mafrial, de Maceió, quando teria apresentado ao Conselho de Ética notas fiscais e recibos que comprovariam operações de venda para outras empresas.

– A perícia da Polícia Federal vai estabelecer o que é correto e o que não é. A partir desse momento é que poderemos fazer a avaliação dessa tese nova apresentada, que não tinha sido ainda avaliada por nós – disse Casagrande.



Heloísa Helena e Chico Alencar: novos pedidos de investigação

## Mesa decide sobre novas representações do PSOL

O 1º vice-presidente do Senado, Tião Viana, marcou para esta terça-feira, às 10h, reunião da Mesa para deliberar sobre o acatamento ou não da nova representação do PSOL contra o presidente da Casa, Renan Calheiros. Na última quinta-feira, Tião Viana despachou a representação para a Advocacia Geral do Senado, que deverá analisá-la e emitir parecer até as 18h desta segunda-feira, para orientar a decisão da Mesa. As informações são da Secretaria Geral.

A nova representação foi encaminhada a Tião Viana pelo próprio presidente do Senado, que, em nota divulgada à imprensa na quarta-feira, considerou-se impedido de tomar uma decisão sobre o documento. A representação pede instauração de processo disciplinar para averiguar se houve quebra de decoro parlamentar por parte do próprio Renan, que já é investigado no Conselho de Ética por suspeita de ter parte de suas despesas pagas por Cláudio Gontijo, funcionário da empreiteira Mendes Júnior.

O PSOL deseja uma investigação sobre as relações da família Calheiros com a cerveja-

## Partido pede investigação de Gim Argello por quebra de decoro

– É uma solicitação de abertura de procedimento investigatório para avaliar indícios relevantes de crime contra a administração pública, tráfico de influência, intermediação de interesse privado, exploração de prestígio e abuso das prerrogativas asseguradas aos parlamentares em várias áreas – afirmou Heloísa Helena.

A representação, baseada em reportagem da *Veja*, afirma que a Conny Indústria e Comércio de Sucos – empresa do deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), irmão do senador – teria sido

vendida à Schincariol por R\$ 27 milhões, quando seu preço de mercado não chegava a R\$ 10 milhões. O texto diz ainda que a cervejaria teria sido a principal financiadora da campanha dos deputados Olavo e Renildo Calheiros (também irmão de Renan), com doação de R\$ 200 mil para cada um.

## “Negócios que se entrecruzam”

Ainda segundo o texto do PSOL, mesmo que a fábrica seja de Olavo Calheiros, “os negócios de Renan e Olavo se entrecruzam o tempo todo, um compra fazenda do outro, um arrenda terras para o outro, o gado de um anda na fazenda de outro e vice-versa”. Conforme a representação, Renan teria intercedido em favor da Schincariol em problemas com a Polícia Federal, a Seguridade Social (INSS) e a Receita Federal.

Outra sugestão de investigação é relacionada à acusação de que Renan teria “grilado” área rural no município de Murici, supostamente propriedade de Genival Mendes de Melo. O senador teria usado um “laranja”, Dimário Calheiros, seu primo.

A Mesa do Senado tem até 15 dias úteis para se pronunciar sobre os requisitos de admissibilidade ou arquivamento do processo, que é definitivamente instaurado a partir da notificação do senador. Outras duas representações foram protocoladas na Câmara: contra os deputados Olavo Calheiros e Paulo Magalhães (DEM-BA).

Renan também já despachou para a Advocacia do Senado a representação do PSOL contra o senador Gim Argello (PTB-DF). A advocacia deve emitir parecer sobre a possibilidade de Gim ser processado por quebra de decoro. O senador, que assumiu o mandato após renúncia de Joaquim Roriz, é acusado de envolvimento com esquema de corrupção investigado em conjunto pela Polícia Civil, Receita Federal e Ministério Público do Distrito Federal, e relacionado a desvio de recursos do Banco de Brasília (BRB).



Quintanilha (E), Almeida Lima, Casagrande e Marisa Serrano (D) analisam informações já coletadas

## Renan diz que vai provar sua inocência

Questionado pela imprensa, ao chegar ao prédio do Senado na tarde de quarta-feira, quando se reiniciaram os trabalhos do Congresso após o recesso parlamentar, o presidente Renan Calheiros comentou que sua expectativa para as próximas semanas é provar documentalmente a sua inocência diante da acusação de

que teve parte de suas despesas pessoais pagas pelo funcionário de uma empreiteira. Ele não descartou a possibilidade de prestar depoimento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que está investigando o caso.

– Onde houver necessidade da minha presença, eu irei. O importante é que não fique ne-

nhuma dúvida, absolutamente nenhuma dúvida, sobre as maledicências que disseram e repetiram, tentando fazer da mentira verdade. Eu quero com documentos, e não com discursos, comprovar o contrário. Estou fazendo isso e vou continuar fazendo isso – afirmou Renan Calheiros.

## Para Demostenes e Tuma, perícia é essencial

A perícia que está sendo realizada pela Polícia Federal (PF) na contabilidade dos negócios do presidente do Senado, Renan Calheiros, é a prova mais importante para que o Conselho de Ética tenha condições de emitir parecer sobre o processo que o senador enfrenta no colegiado por quebra de decoro parlamentar. A opinião é de dois membros do conselho – Demostenes Torres (DEM-GO) e Romeu Tuma (DEM-SP) –, este último, corregedor do Senado.

Renan responde a processo que se originou de representação pro-

colada pelo PSOL no Conselho de Ética, baseada em denúncia da revista *Veja* de que um funcionário da empresa Mendes Júnior, Cláudio Gontijo, teria pago pensão à filha que o senador tem com a jornalista Mônica Veloso e o aluguel de uma casa onde as duas moravam.

A pedido do conselho, a Polícia Federal está realizando uma perícia para comprovar a legalidade dos documentos apresentados por Renan e pelas empresas que teriam realizado transações de compra e venda de gado de

propriedade do senador, a fim de atestar a capacidade financeira do parlamentar para arcar com suas despesas particulares.

Em entrevista à Agência Senado, Demostenes e Tuma afirmaram ainda que não descartam a utilização de outras informações para o conselho poder concluir seus trabalhos. Entre tais informações, citaram uma acareação entre Mônica e Cláudio Gontijo ou ainda o depoimento do próprio Renan, mas ambos enfatizaram que a perícia da PF é a prova técnica fundamental nesse caso.

## COMISSÕES

# Lobão: verbas do PAC não podem se perder

O senador Edison Lobão (DEM-MA) pediu, na sexta-feira, seriedade na aplicação dos recursos em todas as obras de infra-estrutura previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a começar pelo acompanhamento, pelo governo federal, dos cronogramas das construções – como uma ponte, por exemplo – em comum acordo com as administrações estaduais e municipais.

– Os recursos destinados ao PAC não podem se perder ao longo do caminho e alimentar o rol das chamadas obras inacabadas. Isso é jogar dinheiro pelo ralo – resumiu Lobão, ao informar que o país chegou a ter mais de 3 mil obras que não foram terminadas, de acordo com as conclusões da comissão do Congresso criada em 2001 para examinar o problema.

Edison Lobão enalteceu a decisão tomada pelo ministro das Cidades, Márcio Fortes, que determinou a criação de um núcleo ministerial em municípios

que irão receber recursos do PAC para acompanhar o andamento das obras. Os núcleos, completou, também servirão para que os prefeitos tomem conhecimento da liberação dos recursos destinados às construções. Para ele, Fortes realiza uma administração “moderna e eficiente, que deveria servir de exemplo”.

## PAC da Amazônia

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou o lançamento, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PAC da Amazônia, em reunião com governadores da região e parlamentares. Tião Viana observou que o programa destinará bilhões de reais para infra-estrutura.

De acordo com o senador, o



CÉLIO AZEVEDO

Edison Lobão elogia a gestão do ministro das Cidades, Márcio Fortes

Acre já avançou, graças ao PAC, quanto à integração rodoviária. Ele falou sobre os benefícios das hidrelétricas dos rios Madeira e Jirau para a integração nacional e para a melhoria de vida das populações do Acre, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso.

## Ideli agradece por investimentos em SC

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), agradeceu ao governo federal os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado de Santa Catarina, onde serão assinados convênios no valor de R\$ 450 milhões com prefeituras para projetos de habitação e saneamento com o objetivo de beneficiar as populações mais carentes.

Segundo Ideli, esses investimentos não têm viés partidário porque a maior parte das prefeituras beneficiadas é administrada pelo PSDB e pelo PMDB. Ela citou Florianópolis, São José, Criciúma, Itajaí, Blumenau e Jaraguá como algumas das prefeituras que assinarão convênios com o governo federal.

A senadora lembrou a grande importância de obras de saneamento básico na saúde das populações, pois a Organização Mundial da Saúde (OMS) atesta que cada real gasto em esgoto sanitário economiza-se R\$ 4 em gastos de saúde pública. Em relação a moradias, Ideli afirmou que os convênios a serem assinados no âmbito do PAC visam, primordialmente, resgatar comunidades carentes que hoje vivem em situações de risco.

## Nunca se roubou tanto no Brasil, diz Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que “nunca se roubou tanto no Brasil quanto agora”. Ele criticou o governo federal, mas destacou que a atual composição do Senado é a melhor dos 183 anos de existência da instituição.

– Os homens da ditadura eram muito mais honestos do que os que estão aí. Eu não estou dizendo que não houve truculência, perseguições e tiranias de alguns, mas nunca vi tanta roubalheira neste país – frisou. Mão Santa também ressaltou que o governo levou quatro anos falando nas parcerias público-privadas (PPPs) mas que, acredita, se houve dinheiro (para as PPPs), “roubaram tudo”.

– Não vi nenhuma obra. Agora mudou, só falam no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] – disse.

O senador também criticou o fato de os funcionários públicos terem recebido aumento de apenas 3% em seus vencimentos, enquanto os indicados para cargos políticos receberam 140% de reajuste salarial.

## Viana denuncia alcoolismo e perda da cultura em aldeias

Os índios kulinas, que vivem perto do rio Purus, no Acre, estão consumindo álcool demasiadamente, trocando seus pertences, animais e produtos por bebida e criando problemas nas cidades de Manoel Urbano e Sena Madureira, naquela região. O relato foi feito na última sexta-feira pelo senador Tião Viana (PT-AC), a partir de informações do padre Paolino Baldassari, que lhe enviou carta relatando esses fatos.

O padre informou ainda, segundo Viana, que os índios kaxinawás, que também vivem na região, embora pareçam mais organizados, gastam dinheiro com luxos, como vestidos, luz e televisão, enquanto suas crianças passam fome. Esses índios foram incentivados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) a aumentar suas famílias, segundo o padre. Por esse motivo, a maioria dos homens tem entre três e cinco mulheres, e, com essas, vários filhos.

O relato do padre revela ainda que “agora os crentes entraram e querem apagar qualquer sinal de cultura”, alegando que a cultura dos índios não salva a alma.

Em outro trecho da carta, o padre observa que, em tempos passados, “tudo funcionava melhor”, mas os cursos da Funai, da Uni-Índio e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) retiraram as lideranças do convívio com as tribos. O religioso avalia que, ao levar os líderes indígenas para as cidades, seu povo ficou sem instruções nas tribos. Ao mesmo tempo, muitos desses líderes descobriram os prazeres e costumes da cultura urbana, e, com isso, começaram a se descaracterizar.

Para o senador, Baldassari expressa nessa e em outras cartas que lhe são enviadas o choque de culturas entre homens da cidade e das áreas isoladas, “o que mostra a complexidade que é viver na Amazônia”.

## Mesquita Júnior pede livros e medicamentos a ministros

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) fez apelos na última sexta-feira a dois ministros de Estado. A José Gomes Temporão, da Saúde, pediu que resolve o problema dos doentes que precisam recorrer ao governo para adquirir medicamentos de alta complexidade e de alto custo. Já a Fernando Haddad, da Educação, Mesquita Júnior reiterou solicitação de criação de um programa do tipo “biblioteca popular” que tenha por objetivo vender livros à população a preços acessíveis.

Mesquita Júnior leu um e-mail que recebeu de Mônica Figueiredo Oliveira Ferreira, cujo filho, de 26 anos, sofre de leucemia mielóide crônica (lesão adquirida no DNA de uma célula-tronco da medula óssea, por pessoas já adultas) e não está conseguindo fazer o tratamento adequado devido à falta do remédio Glivec, da fornecedora Novartis. Em seu e-mail, essa mãe relata os pro-

blemas e a angústia que vem enfrentando para tentar obter o medicamento na rede pública de saúde.

– Apelo para que o ministro Temporão tome as providências necessárias para que a angústia dessa mãe e de milhares de outras que se encontram na mesma situação tenha uma solução justa e necessária – disse.

Ao defender a criação da biblioteca popular para atender a população de baixa renda, Mesquita Júnior elogiou a iniciativa da editora Ciranda Cultural de ter colocado à venda o livro clássico *Inocência*, de Visconde de Taunay, por apenas R\$ 2,90. Para o senador, iniciativas como essa derrubam a tese do governo de que a criação de um programa dessa natureza causaria desconforto a grande parte das editoras brasileiras.

– Tenho certeza de que a iniciativa mereceria aplauso do povo brasileiro, que tiraria dela o maior proveito possível.



GERALDO MAGELA

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apresentou requerimento, na quarta-feira passada, juntamente com vários outros senadores, de voto de profundo pesar pela morte do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) e dos deputados Júlio Redecker (PSDB-RS) e Nélio Dias (PP-RN).

Antes de suspender a sessão, Renan pediu um minuto de silêncio pelo senador baiano, morto em 20 de julho. Ele propôs ainda sessão em homenagem a Antonio Carlos, a ser realizada nesta quarta-feira. Associaram-se ao voto de pesar os senadores Tião Viana (PT-AC), César Borges (DEM-BA), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Papató Paes (PSDB-AP), Aloizio Mercadante (PT-SP), Romeu Tuma (DEM-SP), Augusto Botelho (PT-RR), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Gerson Camata (PMDB-ES) e Demostenes Torres (DEM-GO).

## Voz do Leitor

## SEGURANÇA ESCOLAR

“É grave a situação da segurança nas escolas. Situação essa que envolve agressões à integridade física e moral de professores e funcionários, que envolve jovens alunos da instituição escolar e de fora dela, fazendo vítimas com ferimentos graves e ameaças de morte a quem se manifestar. Por isso, sugiro que o Senado apresente um projeto de lei que crie um sistema nacional de segurança escolar, com o objetivo de restringir, inibir e investigar ações criminosas e/ou violentas, atos de discriminação e tráfico de drogas. Esse sistema, a ser implantado nas áreas consideradas de risco e maior vulnerabilidade social, poderá filmar e monitorar em tempo real as salas de aulas e dependências da unidade escolar e será controlado por uma central articulada com a Polícia, para os casos que necessitem a força e repressão policial.”

**Dercy de Sousa Alves, de Bom Sucesso (MG)**

## AGRICULTOR

“Sugiro um projeto de lei para regulamentar a profissão dos agricultores de forma a que eles deixem de ter dificuldade para se aposentar. Hoje eles têm muitos problemas para provar que trabalharam na agricultura e obter o benefício.”

**Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)**

## TRABALHO

“Elogiáveis os projetos da senadora Lúcia Vânia (PLSs 314 e 315/07) que proíbem a fixação de idade máxima para a pessoa ser admitida ou permanecer no trabalho. Da mesma forma que cabe ao governo promover o desenvolvimento para que os jovens tenham acesso ao mercado de trabalho, há que se resguardar

os trabalhadores que têm de 40 a 60 anos de idade.”

**Silas Bueno, de São Paulo (SP)**

## INTERNET

“Os senadores poderiam elaborar projeto para levar a todas as cidades e distritos uma torre de transmissão de internet via ondas de rádio (*wireless*).”

**Reginaldo Zucoloto, de Venda Nova do Imigrante (ES)**

## CURSOS DE GRADUAÇÃO

“Apenas 45 dos 5.701 cursos universitários avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) de 2006 alcançaram nota máxima. Criado pela Lei 10.861/04, em substituição ao Provão, o Enade integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação. É componente curricular obrigatório (a participação no exame consta no histórico escolar do estudante) e mostra o óbvio: que a educação no Brasil é uma porcaria!”

**Fábio Tavares, de Marechal Hermes (RJ)**

## EMPREGO

“Sou um trabalhador desempregado e gostaria que o governo oferecesse novas áreas de trabalho, proporcionando assim uma vida digna para todos os brasileiros.”

**José Aparecido Alves, de Tanque Novo (BA)**

## PARLAMENTARISMO

“Sou favorável à PEC 31/07, que institui o regime parlamentarista no Brasil. É preciso dar um novo rumo à história política do nosso país.”

**Fábio Alves Leão, de Rio Verde (GO)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Foto da Semana

O presidente da TAM, Marco Antônio Bologna (E), fala à CPI do Apagão Aéreo, ao lado de Demostenes Torres, Tião Viana e Renato Casagrande, José Carlos Pereira, da Infraero, e Milton Zuanazzi, da Anac. Bologna negou pressões para que o aeroporto de Congonhas continuasse no centro da malha aérea. Segundo Pereira, é cedo para tirar conclusões sobre o acidente em São Paulo. Zuanazzi afirmou que a pista de Congonhas tem bom tamanho



GERALDO MAGELA

## Ambiente legal

## Avião voa baixo e economiza

Cientistas chineses desenvolveram um avião que, segundo eles, “carrega muito mais peso do que os aviões normais, além de custar no máximo a metade e usar metade do combustível”. O



aparelho voa a altitudes entre 0,5 e 5 metros da superfície do mar, alcança 300 km/h e transporta quatro toneladas de carga. O pesquisador Xu Zhen-gyu, da Universidade Tongji, de Xangai, prevê a construção, até 2013, de uma aeronave capaz de carregar 50 passageiros. Até 2017, o objetivo é ter 200 aviões capazes de carregar entre 200 e 400 toneladas.

## Cinco “Rs” contra desperdício

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) recomenda cinco “Rs” como forma simples de reduzir o desperdício no dia-a-dia. 1) recuse embalagens desnecessárias; 2) retorne garrafas

e embalagens reutilizáveis sempre que puder; 3) reutilize artigos como envelopes, garrafas e sacos de plástico; 4) repare (conserte) as coisas em vez de jogá-las fora; 5) recicle papel, latas e garrafas.

## Pneus recicláveis a caminho

O Ministério do Meio Ambiente estima em mais de 1 bilhão o número de pneus descartados por ano em todo o mundo, com efeitos danosos à natureza. A boa notícia é que pesquisadores brasileiros da Unicamp estão desenvolvendo

uma borracha que poderá revolucionar a reciclagem de pneus. O professor Fernando Galembeck explica que a nova borracha é feita de látex e argila, adquirindo uma elasticidade que pode ser controlada livremente.

A importância do “equilíbrio entre o trabalho e o desfrute” é destacada pela consultora Cecília Cibella Shibuya, da Associação Brasileira de Qualidade de Vida. Ela observa que muitos profissionais bem-sucedidos sentem-se insatisfeitos porque buscaram apenas uma carreira brilhante e tiveram que pagar o preço de fracassos conjugais, familiares e até mesmo de auto-realização.

**RECORDE NA ENERGIA SOLAR** - “Essa é uma célula solar que funciona. Esta tecnologia tem o potencial para mudar a forma como a eletricidade é gerada ao redor do mundo”, afirmou Allen Barnett, da Universidade de Delaware (EUA), ao anunciar novo recorde de eficiência energética. A célula solar cristalina rende 42,8% de conversão sob condições normais de iluminação - o dobro da eficiência dos módulos atuais.

**DE OLHO NO MERCÚRIO** - O uso do mercúrio (altamente tóxico) em termômetros de febre, manômetros e outros instrumentos foi proibido pelo Parlamento Europeu. Já a Agência de Proteção Ambiental dos EUA estimula a reciclagem das lâmpadas fluorescentes (que também contêm mercúrio) - elas acabam muitas vezes em aterros sanitários, podendo contaminar o solo e a água. No Brasil, a reciclagem das lâmpadas é recomendada pelo Ministério do Meio Ambiente ([www.mma.gov.br/a3p](http://www.mma.gov.br/a3p)).

## Frases

## “Rasgaram a Constituição”

**Tião Viana**, ao criticar a divulgação, pela CPI do Apagão Aéreo da Câmara, do conteúdo da caixa-preta do avião da TAM que caiu em São Paulo.

“Vergonha, descalabro, inércia, irresponsabilidade, incompetência, negligência, ineficiência, falta de autoridade, indignidade, má gestão, falta de compostura, desumanidade. O que mais podemos dizer sobre o desempenho do governo federal nessa absurda crise aérea?”

**Jarbas Vasconcelos**, sobre os problemas do setor aéreo.

“Vamos apurar se houve falha humana exclusiva, se ocorreu deficiência da máquina ou falhas na pista de Congonhas. Fato consumado é que a pista era pequena demais, o que impediu o piloto de qualquer manobra para impedir o choque”

**Demostenes Torres**, relator da CPI do Apagão Aéreo no Senado.

“Quem fundou a vaia no Brasil foi o PT. Eu já presenciei 30 minutos consecutivos de vaia promovida pelos petistas numa cerimônia em Pernambuco contra o governador”

**Sérgio Guerra**, criticando o tom de desafio do presidente Lula em resposta às vaia recebidas.

“O que o presidente quis dizer é que todo homem público tem de estar preparado para ouvir qualquer tipo de manifestação dentro de uma democracia”

**Romero Jucá**, ao justificar as declarações do presidente Lula.

“Votaremos projetos de interesse do país e sobre os quais há acordo, mas não fingiremos que o Senado está em paz”

**José Agripino**, ao anunciar que o DEM obstruirá votações.

“O direito adquirido pode até ser legal em certos aspectos, mas também pode ser imoral”

**Ideli Salvatti**, sobre a suspensão de liminares que garantiam salários acima do teto a servidores de São Paulo e Santa Catarina.

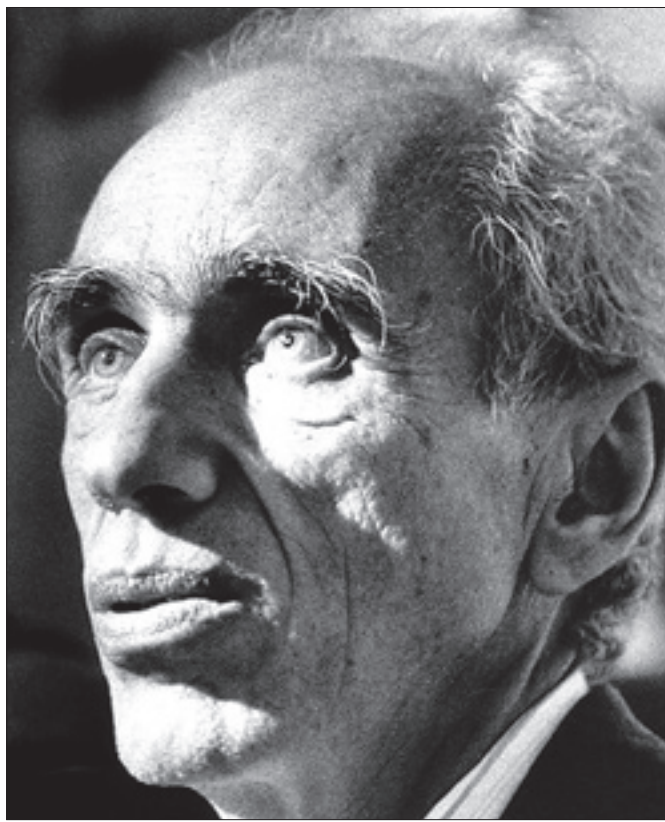
# Arquivo Aberto resgata vida e obra de Betinho

O programa *Arquivo Aberto*, da Rádio Senado, resgata a trajetória e a personalidade do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, por meio de depoimentos de Paulo Betti, Letícia Sabatella e Gilberto Gil. Trechos de programas da Rádio e da TV Senado e de discursos de senadores em sessão plenária que homenageou o sociólogo também serão apresentados nesta segunda-feira, às 11h30, com quatro reprises (dia 8, às 20h; dia 10, às 16h; dia 11, às 9h30; e dia 12, às 14h).

Depois do golpe militar de 1964, Betinho engajou-se na luta contra a ditadura. Com a anistia política, em

1979, retornou ao país e tornou-se um dos símbolos da resistência política.

Em 1985, descobriu que havia sido contaminado pelo vírus da Aids em uma das transfusões de sangue por causa da hemofilia. No ano seguinte, fundou a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), para lutar pelos direitos dos portadores do HIV. Em 1992, Betinho liderou o Movimento pela Ética na Política, que culminou com o *impeachment* do presidente Fernando Collor. Sua mais conhecida obra, no entanto, é a *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*, que conduziu até morrer, em 9 de agosto de 1997, aos 61 anos.



Militante político e defensor da ética na política, Herbert de Souza morreu aos 61 anos, em 1997

## Rádio Senado

### TODOS OS DIAS

6h - Matinas  
7h55 - Cidadania Dia-a-dia  
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

### DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais  
7h10 - Música e Informação  
8h - Senado Notícias  
8h30 - Plenário em Destaque  
19h - Voz do Brasil  
19h30 - Jornal do Senado  
20h - Música e Informação  
21h - Crônicas Musicais (reprise)  
21h10 - Música e Informação  
22h - Senado Notícias  
24h - Música e Informação

### DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

### DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter  
10h - Comissões (ao vivo)  
13h40 - Senado Notícias

### SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação  
9h30 - Música e Informação  
21h - 180 Anos do Senado  
22h - Música e Informação

### SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo  
10h - Senado Notícias (reprise)  
11h - Senado Resumo (reprise)  
12h - Conexão Senado  
13h40 - Senado Notícias  
23h - Brasil Regional (reprise)

### TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

### SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)  
12h - Música e Informação  
13h40 - Senado Notícias  
14h - Música e Informação  
18h - Senado Resumo  
20h - Reportagem Especial  
23h - Improviso Jazz (reprise)

### SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira  
9h - Prosa e Verso  
10h - Especial (reprise)  
11h - Música Erudita  
12h - Senado Resumo (reprise)  
13h40 - Música e Informação  
15h - Autores e Livros  
16h - Música do Brasil  
17h - Música e Informação  
18h - Improviso Jazz  
19h - Senado Resumo (reprise)  
20h - Escala Brasileira

### DOMINGO

8h - Brasil Regional  
9h - Autores e Livros (reprise)  
11h - Música do Brasil  
15h - Música Erudita (reprise)  
16h - Prosa e Verso  
17h - Reportagem Especial (reprise)  
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)  
20h - Jazz & Tal

## Como sintonizar

**FM**  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

**ONDAS CURTAS**  
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

**INTERNET**  
No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

**ANTENA PARABÓLICA**  
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## Conexão discute as agências reguladoras

A crise no setor aéreo trouxe para o cenário político o debate sobre o papel das agências reguladoras, especialmente os critérios para a nomeação de seus diretores. Na Câmara, os deputados devem começar a discutir o projeto do governo que aumenta o controle sobre as agências e, no Senado, Demostenes Torres (DEM-GO), relator da CPI do Apagão Aéreo, pediu um parecer da Consultoria Legislativa sobre

a possibilidade de destituir diretores de agências em casos de negligência. A intenção do Congresso é alterar ou aprovar leis que dêem mais segurança aos setores envolvidos e aumentem a eficiência das agências reguladoras.

Este é o assunto do programa *Conexão Senado*, que discute nesta segunda-feira, ao meio-dia, na Rádio Senado, as possíveis mudanças na lei que regula o setor.

## Os limites legais à propriedade da terra

A função social da propriedade e os limites impostos pela administração pública ao uso e gozo do solo são os temas do *Fique por Dentro da Lei*, que a Rádio Senado apresenta nesta terça-feira, às

8h30. Quem dá informações sobre o assunto é Paulo José, promotor de Justiça que atua na Promotoria de Justiça da Ordem Urbanística do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

## Embate com Bolívia por hidrelétrica

O programa *Diplomacia*, que a TV Senado exibe no sábado, às 11h30 e 22h30, e no domingo, às 9h e 16h30, aborda as negociações entre Brasil e Bolívia sobre a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira. A Bolívia exige estudos de impacto ambiental em território boliviano, mas o Brasil alega que

as obras ficarão a 200 quilômetros da fronteira. O *Diplomacia* apresenta também uma análise sobre a política externa do governo Lula, as notícias da reunião do Parlamento do Mercosul em Montevideu (Uruguai) e um debate sobre o Oriente Médio com o professor da PUC-RJ Nizar Messari e o jornalista Samy Adghirni.

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras  
1h30 - Conversa de músico  
2h - Especiais  
3h - Inclusão/Diplomacia  
4h - Cidadania Debate  
5h - Cidadania Entrevista  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Leituras  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Diplomacia/Inclusão  
9h - Parlamento Brasil  
9h30 - Alô Senado  
10h - Especial/Comissões  
12h - Cidadania Entrevista  
12h30 - Direto do Cafezinho  
13h - Cidadania Debate  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

### TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Alô Senado ou Leituras  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Direto do Cafezinho  
9h30 - Comissões (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 - Senado Agora  
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado Federal

### SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania  
5h30 - Parlamento Brasil  
6h - Cidadania Debate  
7h - Direto do Cafezinho  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Direto do Cafezinho  
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
8h30 - Direto do Cafezinho  
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado  
9h - Plenário (ao vivo)  
13h45 - Senado Agora (ao vivo)  
14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)  
18h45 - Direto do Cafezinho  
19h - Cidadania Debate  
20h - Direto do Cafezinho  
20h30 - Cidadania Entrevista  
21h - Jornal do Senado Federal  
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

### SÁBADO

1h - Cidadania Debate  
2h - Leituras  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Alô Senado  
4h15 - Eco Senado  
4h30 - De Coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - Alô Senado  
7h15 - Eco Senado  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - De Coração  
8h30 - TV Brasil Internacional  
9h30 - Leituras  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Parlamento Brasil  
11h30 - Diplomacia  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Alô Senado  
13h15 - Eco Senado  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Conversa de Músico  
15h30 - Séries Especiais - Thomas Farkas - Episódio 10  
16h30 - Diplomacia  
17h30 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Alô Senado  
20h - Leituras  
20h30 - Especial  
21h - Parlamento Brasil  
21h30 - Salão Nobre  
22h30 - Diplomacia  
23h30 - De Coração  
24h - Espaço Cultural

### DOMINGO

1h - Cidadania Debate  
2h - Alô Senado  
2h15 - Eco Senado  
2h30 - Diplomacia  
3h30 - Cidadania Entrevista  
4h - Leituras  
4h30 - De Coração  
5h - Conversa de Músico  
6h - Cidadania Debate  
7h - TV Brasil Internacional  
7h30 - Cidadania Entrevista  
8h - Leituras  
8h30 - De Coração  
9h30 - Diplomacia  
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
11h - Alô Senado  
11h15 - Eco Senado  
11h30 - Especial  
12h - Brasil Eleitor  
12h30 - Cidadania Entrevista  
13h - Parlamento Brasil  
13h30 - Cidadania Debate  
14h30 - Espaço Cultural  
15h30 - Séries Especiais  
16h30 - Diplomacia  
17h30 - Cidadania Entrevista  
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?  
19h - Cidadania Debate  
19h45 - Conversa de Músico  
20h30 - Leituras  
21h - Séries Especiais  
22h - Diplomacia  
23h - Parlamento Brasil  
23h30 - De Coração  
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

### UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s  
FEC - ¾

## RESENHA

## A vida no quilombo de Frechal, no Maranhão

ALEXANDRE GUIMARÃES

“Não posso dizer, assim, que fui ao Maranhão após anos de preparo e estudo da cultura afro-brasileira. Pelo contrário, achei-me um dia em Frechal em consequência de uma forçada suspensão de uma pesquisa iniciada no Iêmen em 1992, e atendendo a um inesperado convite para participar de um projeto de cooperação internacional em Guimarães, no Brasil.” Eis o “acaso” que levou o antropólogo italiano Roberto Malighetti a pesquisar no Maranhão em

meados da década de 1990 e produzir a reveladora obra *O quilombo de Frechal*, volume 81 das Edições do Senado Federal.

Antes de iniciar este comentário, esqueçamos o que os livros de história nos ensinaram. Quilombos não são apenas comunidades formadas por escravos fugidos, mas também terras que resultaram ou da compra por negros libertos ou da posse pacífica por ex-escravos de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica. Existem ainda 743 quilombos no país,

segundo mapeamento da Fundação Palmares, do Ministério da Cultura.

O quilombo de Frechal talvez seja um dos mais conhecidos do Brasil, infelizmente pela luta de mais de 20 anos para o reconhecimento de suas terras. Localizado em Mirinzal, no estado do Maranhão, sua história remonta ao final do século 18. Seus quilombolas também fizeram parte do exército de mais de 3 mil homens liderados pelo negro Cosme, na Balaiada, revolta reprimida em 1841 pelas tropas impe-

riais sob o comando do coronel Luís Alves de Lima e Silva – nomeado barão de Caxias após a batalha.

Malighetti consegue nos prender do início ao fim no seu relato dos aspectos socioculturais da comunidade, das dificuldades enfrentadas durante a pesquisa e da história de lutas do quilombo. O livro, enriquecido por fotos dos habitantes e do povoado, é iniciativa que deve ser continuada, pois é o resgate de uma parte relevante da história nacional, que foi “posta sob o tapete” e agora merece ser revelada e reverenciada.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *O quilombo de Frechal*, de Roberto Malighetti, volume 81 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## SENADO



DOMINGOS STAZRIDIS/LABORATÓRIO DE SISTEMAS INTEGRÁVEIS

Estudantes pesquisam no laboratório de TV digital instalado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

## Servidores do Senado preparam-se para TV digital

A partir desta segunda-feira, jornalistas, técnicos e administradores da área de comunicação social do Senado terão contato com os conceitos e atividades operacionais que embasam a TV digital. O curso de extensão *Impactos e Tecnologia da TV Digital* foi desenvolvido pela Universidade do Legislativo Brasileiro, pelo Instituto Legislativo Brasileiro e pela Secretaria Especial de Comunicação Social, em parceria com o Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília.

O objetivo do curso é qualificar os servidores, especialmente os que trabalham na TV Senado, para a nova tecnologia. Segundo o Ministério das Comunicações, o novo sistema deve começar a funcionar em dezembro, a princípio apenas no estado de São Paulo.

Serão 36 horas/aula em três semanas, com 12 aulas de 3h30 de duração, das segundas às quintas-feiras, das 19h às 22h30, a partir desta segunda até o dia 23 próximo, no auditório do Interlegis, com transmissão para todas as assembleias legislativas do país.

## ILB está com matrícula aberta para diversos cursos

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) abriu período de matrícula para diversos cursos com início previsto para agosto e setembro, dependendo do fechamento de turmas. O ILB é um centro de capacitação técnico-profissional, e os seus cursos são voltados aos servidores dos poderes legislativos federal, estadual, municipal e distrital, e de órgãos conveniados. Os cursos são gratuitos.

Para quem quiser expandir conhecimentos sobre o processo legislativo, o ILB oferece o curso *Processo Legislativo Básico*. O curso, com 30 horas/aula, apresenta um breve histórico do Parlamento no mundo e no Brasil. Será estudada a composição do Senado e sua estrutura política e administrativa, analisando-se também as proposições sobre as quais a Casa deve deliberar. Outras opções são os cursos *Noções de Técnicas Legislativas*, *Pesquisa de Legislação* e o *Curso Avançado de Processo Legislativo*.

Para os que tiverem interesse em aperfeiçoar seus conhecimentos acerca de programas e ferramentas da área de informática, são oferecidos os cursos *Word Básico*, *Excel Básico*, *Correio Eletrônico/Internet* e *Busca na Web* – que vai auxiliar na realização de pesquisas legislativas.

Os interessados em se matricular nos cursos podem ligar para o número 3311-3394 ou acessar o site [www.senado.gov.br/ilb](http://www.senado.gov.br/ilb).

## Arquivo aberto



REPRODUÇÃO/TV SENADO

Em 4 de agosto de 1977, há 30 anos, Rachel de Queiroz tornou-se a primeira mulher a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras (ABL). Em 22 de novembro de 2000, a escritora foi homenageada em sessão transmitida pela TV Senado. Um dos pronunciamentos foi feito pelo

então senador Lúcio Alcântara: “Me sinto honrado ao participar desta homenagem à escritora Rachel de Queiroz pela passagem de seus 90 anos. Penso que, ao homenageá-la, quem ganha é o Senado Federal, pois a figura dessa minha ilustre conterrânea só nos traz honrarias”.

## Há 40 anos –

Em 5 de agosto de 1967 foi instituído o Dia Nacional da Saúde. O senador Augusto Botelho, em 5 de agosto de 2003, lembrou em Plenário que há 135 anos comemora-se, neste dia, o aniversário do médico e sanitarista Oswaldo Cruz, que “reformou o Código Sanitário e reestruturou todos os órgãos de saúde e higiene do país”. Em 1907, completou o senador, ele “recebeu a medalha de ouro no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim pelo trabalho de saneamento do Rio de Janeiro”.

## Há 45 anos –

Em 5 de agosto de 1962, o regime racista sul-africano prendeu Nelson Mandela. Em 18 de julho de 1996, ao homenagear o líder negro que se tornou presidente da África do Sul, o senador Pedro Simon disse que Mandela é “símbolo da dedicação de uma vida a uma causa, que passou anos numa prisão, sofreu o que sofreu, passou por problemas familiares depois de eleito presidente, e tem a linguagem que tem, a grandeza que tem”.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior  
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.  
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Pais e escola, juntos, pela educação

O papel da escola na educação dos filhos vem sofrendo transformações assim como a sociedade moderna. Mães que trabalham, novos papéis e valores sociais, grande volume de informações disponível por novas tecnologias como a internet influenciam a família, o aluno e a escola. Em pouco tempo, professores e alunos procuram se adaptar à nova realidade, enquanto pais tentam garantir boa formação escolar aos filhos. Atentos a essa dinâmica, especialistas apresentam contribuições para compreender a questão.

Nesta edição e nas próximas, veja o que dizem os estudiosos. Valores antigos, como a amizade e o amor entre pais e filhos, continuam em vigor.

## Para ajudar, é preciso ter atitude positiva

✓ Para se desenvolverem bem na escola, as crianças precisam de boa estrutura familiar e escolar, de disciplina, desafios, segundas oportunidades, respeito, reconhecimento e compreensão.

✓ A criança precisa sentir que é amada com a mesma intensidade independentemente de seu desempenho escolar.

✓ Todos os alunos, inclusive seu filho, podem aprender a estudar melhor a reter mais informações e a tirar proveitos de seus pontos fortes.

✓ O bom desempenho escolar é assunto para a família toda. Ela deve ser tomada em conjunto por pais e filhos.

✓ As expectativas dos pais têm que ser realistas e não podem ser baseadas em padrões idealizados. Bons resultados não são apenas numéricos, mas devem

se traduzir em auto-estima, autoconfiança, bom relacionamento interpessoal, capacidade de relaxar e brincar, habilidades físicas e artísticas.

✓ O bom desempenho escolar deve ser dissociado do perfeccionismo. Pais não podem exigir demais de seus filhos ou de si mesmos. Um bom desempenho pode ser esperado, desde que aceite as limitações.

✓ Um grande esforço do aluno deve ser encarado como um excelente desempenho, não importando o resultado.

✓ Quando algo vai mal na escola, o filho não pode ser tratado como mau, preguiçoso ou burro, mas como uma criança ou adolescente.

(Baseado no livro *Criança nota 10*, de Robert D. Ramsey, Publifolha, 2003.)



O envolvimento dos pais está entre os elementos para que a criança encare a escola com prazer

## Proximidade da criança é essencial

**1º - Esclareça os deveres e direitos** – Ensine seu filho, desde pequeno, que há os direitos incondicionais, como o de receber carinho, amor, proteção, alimento e cuidados, e outros que devem ser adquiridos por meio do cumprimento de deveres. Para isso, os pais precisam definir claramente direitos e deveres e precisam ser firmes na aplicação das regras. Não cumprido um dever, não se deve permitir que a criança usufrua o direito relacionado. Por exemplo, só depois de fazer suas tarefas escolares, a criança terá direito a assistir a TV.

**2º - Defina e não abra mão dos limites** – Crianças necessitam de normas de conduta claras. A criança sem parâmetros desafia e testa os adultos até ouvir um “basta” de pais já irritados e exaustos, que tendem, nessa situação, a ser excessivamente severos, prejudicando, ao invés de ajudar na educação dos filhos.

**3º - Estabeleça uma rotina organizada, mas sem sobrecarga** – Os horários de acordar, comer,

tomar banho e dormir, ir à escola, estudar em casa, brincar, assistir TV e usar o computador etc. devem ser claramente definidos, de preferência de forma negociada e com a concordância da criança, sem rigidez exagerada. O importante é organizar uma agenda que faça a criança feliz, equilibrando as atividades mais e menos prazerosas, e na qual os deveres escolares venham sempre em primeiro lugar, para que o cansaço não atrapalhe essa atividade. Nos finais de semana deve haver longos períodos de liberdade para a criança fazer o que quiser.

**4º - Supervisione** – Quanto mais nova a criança, maior a necessidade de orientação. Verifique se a criança está cumprindo os horários da rotina e esteja próximo durante a execução das tarefas, sem jamais fazê-las por ela.

**5º - Incentive a independência** – A criança deve aprender a ser independente, mas sem se sentir abandonada. Para isso, os pais precisam conciliar a supervisão com a concessão gradativa de independência. Para isso, é

importante observar a criança, avaliar suas capacidades, suas preferências e seu ritmo, que devem, na medida do possível, ser respeitados.

**6º - Ofereça um ambiente adequado para estudar** – Espaço físico sem distrações, com pouco ruído, arejado, iluminado, organizado, tranqüilo e harmônico. Um ambiente caótico não promove a educação. Se possível, esteja disponível para pedidos de ajuda em caso de dúvidas.

**7º - Incentive o brincar** – O dia-a-dia da criança não deve ser transformado num fazer contínuo. Deve haver períodos e espaço para brincar livremente, descontração e relaxar. Brincar favorece o bom desempenho escolar (aquisição de habilidades), melhora a concentração e a autoconfiança. A criança que brinca tem menos problemas educacionais e emocionais.

**8º - Estimule a responsabilidade** – Atribua a seu filho a responsabilidade por pequenos afazeres (guardar os brinquedos, tirar a mesa, guardar a roupa limpa).

## No relacionamento, menos castigo e mais diálogo

*Todo relacionamento se assenta sobre uma base, um tipo de interação mais comum. Para ajudar na escola, é essencial que a interação entre pais e filhos seja o mais positiva possível. Além de afeto e carinho, a boa conversa deve ser a base do relacionamento.*

⇒ Interesse-se pela vida do seu filho: pergunte, esteja disponível, fale sobre suas atividades. Lembre-se que os assuntos devem ser compreensíveis e interessantes para a criança.

⇒ Castigue ou repreenda o mínimo possível: broncas, sermões, queixas, ameaças e humilhação não contribuem e podem até prejudicar o desempenho escolar.

⇒ Acompanhe a criança até a mesa de estudos, ajude-a a se

organizar.

⇒ Incentive, ofereça recompensas imediatas (prefira presentear com material escolar, como papel, canetinhas coloridas, argila, tinta etc.) e esclareça a razão.

⇒ Elogie os esforços e as conquistas, mas sem críticas ou desafios implícitos: a criança pensará que ela não é boa o bastante. Por outro lado, o elogio gratuito desvaloriza o mérito.

⇒ Faça sugestões, ao invés de aconselhar.

⇒ Compare o resultado atual da criança com os anteriores e nunca com os de outras crianças.

⇒ Não prometa dinheiro ou presentes como incentivo para seu filho fazer o dever de casa ou obter bons resultados.



## Um bom exemplo continua melhor que mil palavras

O “não” dito com firmeza, atenção às tarefas diárias, dinheiro bem usado, tempo bem distribuído e outros limites são essenciais a uma boa educação. Mas essas regras não terão significado para a criança se não vierem acompanhadas do exemplo dos adultos.

O melhor a fazer pelos filhos é ser consistente na sua formação

desde bem pequenos. Seja um modelo a ser seguido, tenha uma rotina organizada, leia, estude. Pais que consideram a aprendizagem uma atividade emocionante, resolvem problemas, tentam coisas novas, e respeitam a si mesmos, os outros e as regras da sociedade, têm maior chance de terem filhos com desempenho melhor na escola.

### Saiba mais

**Escola de Pais do Brasil**  
Rua Bartira, 1.094 -  
Perdizes - São Paulo (SP)  
CEP 05009-000  
(11) 3679-7511  
[www.escoladepais.org.br](http://www.escoladepais.org.br)

**Portal da Família**  
[www.portaldafamilia.org](http://www.portaldafamilia.org)